

Justificação pela fé e Julgamento de acordo com as obras

Ivan T. Blazen

É possível reconciliar os ensinamentos de Paulo sobre justificação e julgamento?

Esse estudo, que compreende uma série de artigos, busca esclarecer o relacionamento entre Justificação somente pela fé, que traz certeza de salvação, e o julgamento de acordo com as obras. Várias tentativas têm sido feitas para resolver o que tem sido visto como uma tensão ou contradição entre essas duas doutrinas. Algumas vezes essas tentativas tomam a forma de uma minimização ou negativização de uma ou de outra dessas doutrinas. Meu argumento na discussão é que ambas devam ser fortemente mantidas, uma vez que as Escrituras defendem ambas, e que há uma inerente unidade e coerência entre elas, como há unidade entre Cristo como Salvador e como Senhor.

Desde que muito da discussão sobre a justificação e o julgamento é levada adiante se baseando no pensamento do apóstolo Paulo, minha atenção recairá sobre isso. Contudo há referência a outras passagens fora da obra paulina e certas citações do Espírito de Profecia.

Como pressuposição para essa discussão, esse estudo considera a relação entre razão e revelação. Ele prossegue em torno da ocorrência e significação em Paulo, de: (1) Justificação pela fé separada de obras e (2) julgamento de acordo com as obras. Isso nos leva a uma avaliação de várias tentativas de harmonização das duas doutrinas. Então devemos examinar a relação entre Cristo como Salvador e Cristo como Senhor, entre o dom de Deus e a exigência de Deus. Nosso objetivo é localizar a discussão entre justificação e julgamento em uma nova base. O estudo conclui com uma aplicação da discussão para o ensino adventista do sétimo dia sobre o julgamento e com uma consideração de aspectos do julgamento na teologia de João.

No princípio é necessário, baseados na Escritura, lidar com maneiras falaciosas de raciocínio que mal interpretam os dados contidos na revelação divina. Tal raciocínio se não for desafiado ou caso seja permitido tornará impossível uma resolução bíblica e equilibrada para a relação entre justificação e juízo.

Um texto apropriado a essa discussão, pertinente à temática deste estudo é Romanos 3:1-8. Nessa passagem Paulo está conduzindo um debate com o judaísmo sobre o assunto da fidelidade a Deus. Em Romanos 1 e 2 Paulo demonstrou que todos os seres humanos têm sido infiéis a Deus. Todas as pessoas da mesma forma, gentios, mas também judeus. Muitos dos que condenam os gentios, são pecadores diante de Deus, sob seu julgamento (Romanos 2:2) e são sujeitos à sua ira. A questão se torna a seguinte [e isso tem especial relevância com respeito aos judeus, que eram destinatários dos oráculos de Deus (3:1-2)] A infidelidade humana cancela a fidelidade de Deus (verso 3)? Isso é, o pecado humano, em particular o pecado do judeu, não torna as promessas de Deus em algo sem nenhum efeito? A resposta de Paulo é um sonoro não! Deus é verdadeiro, apesar de todo ser humano ser falso (mentiroso). Ele prevalece e é absolvido quando é julgado a cerca de sua palavra e de sua fidelidade (verso 4).

Com essa questão surge uma nova direção, uma nova guinada. A questão não mais trata da manutenção da fidelidade de Deus [isso agora é presumido ser verdade], mas trata da manutenção da fidelidade humana. O assunto agora não é sobre o julgamento do homem a respeito de Deus, mas do julgamento de Deus a respeito do homem. Se a fidelidade divina não pode ser cancelada, não deveria a infidelidade humana ser cancelada como algo que se relaciona com o julgamento? Se a fidelidade de Deus

permanece, ainda que todas as pessoas têm sido infiéis, então talvez a infidelidade humana não seja algo indesejável, mas desejável, em qualquer caso não sujeita à punição, pois tal infidelidade apenas exalta a audaz fidelidade de Deus. Não seria Deus injusto em derramar ira sobre alguém (verso 5) ou considerar como pecador alguém cuja mentira faz com que a verdade de Deus superabunde em glória (verso 7)? De fato, não é um caminho recomendável que “ façamos o mal para que venha o bem ” (verso 8)? O bem em tal caso provavelmente se refere primeiramente à luz favorável na qual a maldade humana é substituída pela bondade de Deus, e em segundo lugar ao bem, ou graça, que vem de Deus e vai em direção aos seres humanos que pecaram (ver Romanos 5:20 até 6:1).

Esse tipo de argumentação foi usada intencionalmente, por aqueles que dela se utilizaram, para desacreditar a doutrina de justificação do ímpio de Paulo, mostrando que ela levaria a uma perpetuação, ou mesmo a um convite ao pecado, ao invés de à sua rejeição.

Paulo responde

Paulo responde dizendo que se o raciocínio se referisse ao deixar os pecaminosos seres humanos fora de julgamento, então ele seria válido, “então como poderia Deus julgar o mundo?” (3:6). Através dessa pergunta Paulo nega a lógica de seus oponentes, não por uma discussão, essa discussão virá em Romanos 6 depois de Paulo ter desenvolvido totalmente sua visão de justificação pela fé (3:21 até 4:25) e suas conseqüências (capítulo 5), mas através de um apelo a uma declaração dogmática da revelação divina: *Deus julgará o mundo!*

Se isso é verdade, como tanto ele quanto seus oponentes judeus acreditavam, então nenhum tipo de racionalização que minimizaria ou eliminaria ou negasse esse julgamento poderia ser válido. A revelação divina supera a lógica comum humana. (note como a objeção judaica apresentada em 3:5 é acompanhada do comentário de Paulo: “falo como homem”).

A razão deve funcionar como serva da revelação. É a revelação que ilumina a razão, e então é a tarefa da razão explicar a revelação, não contradizê-la. Uma vez que a realidade do julgamento está estabelecido com base na revelação, a razão deve operar para explicar seu significado, não para diminuir ou negar sua importância.

Dois elementos emergem

Dois elementos inerentes em Romanos 3:1-8 emergem claramente. Primeiro Deus é fiel, isso é, ele cumpre suas promessas aos seres humanos, apesar de eles quebrarem suas promessas para com Ele (versos 1-4). Segundo, não há desculpa na fidelidade de Deus para a infidelidade humana, nem encorajamento para que ela se perpetue (versos 5-8). Esses dois pontos parecem estar em tensão um em relação ao outro, mas para Paulo eles existem unidos (em unidade) e devem ser vistos juntos. Paulo vai desenvolver o primeiro ponto em seu ensino da justificação do ímpio por parte de Deus, e o segundo ponto nos termos de seu ensino do julgamento de acordo com as obras.

Esses dois elementos são pilares na teologia de Paulo. Para Paulo eles permanecem juntos, um ajudando a explicar o significado completo do outro, e para guardar o outro de más compreensões ou falsas deduções.

A justificação pela fé ajuda a resguardar o julgamento das falsas idéias de que os seres humanos nunca estarão prontos para estarem em pé diante do julgamento de Deus, ou que no juízo a justiça própria vai obrigatoriamente substituir a justiça de Deus. Em

outras palavras, justificação contradiz o conceito de que os seres humanos possam ser absolvidos no julgamento, e que eles podem ser absolvidos por eles mesmos.

Por outro lado, o julgamento de acordo com as obras resguarda a doutrina da justificação do *ímpio* do significado de justificação da *impiedade*. Se há um julgamento de acordo com as obras, então a justificação precisa significar que as vidas dos justificados são reivindicadas por Cristo e que eles são chamados a viver por Ele que morreu por eles (2 Cor 5:14-15).

Quando qualquer um desses pilares é enfraquecido ou removido pelo desejo de um rápido, fácil e único pensamento, nós acabamos, não com uma meia verdade, mas sem nenhuma verdade. Em termos dos dados das Escrituras, é ficção acreditar que a justificação não nos ligue à lei de Cristo como nosso Senhor, ou que o julgamento não nos ligue à obra de Cristo como nosso Salvador.

Paulo ficou muito bravo com aqueles que tentavam de qualquer maneira, tanto na teoria ou na prática, mover esses pilares. Como vemos em Gálatas 1:8; e em Romanos 3:8, aqueles que advogavam qualquer uma dessas posições (obras que justificam ou justificação que não produz obras) foram igualmente condenados por Paulo de maneira enfática. Se, como está escrito em Hebreus, “terrível coisa é cair nas mãos do Deus Vivo” (10:31) alguém poderia pensar que era coisa terrível cair nas mãos do servo de Deus, o vivo e lívido Paulo!

Desde que tanto justificação pela fé e julgamento pelas obras são elementos da revelação divina, é próprio à fé cristã aceitar a ambos, pregar a ambos, interpretar a ambos, e procurar correlacionar ambos. Um ensinamento não deve se sujeitar ao outro de forma que sua essência e contribuição única sejam negadas.

Conquanto apenas um breve resumo possa ser feito aqui, eu afirmaria que a necessidade em direção à, e a unidade entre justificação e o julgamento não são coisas para serem buscadas de maneira formal, com lógica dedutiva, mas de forma conectada a história da salvação. Falar de justificação e de julgamento é falar de realidades que existem na continuidade da história da salvação.

Somente na moldura do desdobramento da salvação de Deus, conforme revelada nas Escrituras, podem justificação e julgamento serem avaliados corretamente. Isolados da história da salvação e tornados objetos de debates lógicos, justificação e julgamento acabarão colidindo entre si.

É função da razão cristã avaliar o lugar e a função que a justificação e o julgamento têm no fluir do plano redentivo de Deus. De acordo com esse plano, Deus veio a terra na pessoa de Jesus Cristo, seu filho, e ofereceu justificação, uma correta relação consigo mesmo, para todos que colocassem sua fé no crucificado e ressurreto Cristo. Aqueles que Deus justificou através de Jesus Cristo ele chama a testemunhar de Cristo em palavras e atos até o fim de todas as coisas. Quando o fim chega, o julgamento avalia e testemunha da realidade da justificação evidenciada pelo testemunho fiel do povo de Deus. Nesse processo, justificação e julgamento não se posicionam numa relação de tensão ou contradição, mas numa relação de inauguração e consumação.

O plano de Deus se completa quando seu povo, justificado, se coloca diante dele no fim do tempo com os frutos de seu trabalho pessoal (ético) e evangelístico no poder do Espírito santo. Estar desprovido de frutos não é fazer parte, mas estar aparte do processo redentivo de Deus neste mundo.

O ponto que quero construir sobre a relação da justificação e do julgamento sendo uma relação entre inauguração e consumação encontra elementos que o suportam em Filipenses 1:5-11. Paulo diz que ele é: “grato por vossa colaboração no evangelho desde o primeiro dia até agora. E eu estou certo de que aquele que começou boa obra em vós

há de completá-la até o dia de Cristo Jesus. É justo que eu pense assim de todos vós... pois todos sois participantes da graça comigo. ...e é a minha oração que vosso amor cresça mais e mais, com conhecimento e todo discernimento, para que proveis o que é excelente e sejam puros e inculpáveis para o dia de Cristo. Cheios dos frutos da justiça que vêm através de Jesus Cristo, para a glória e o louvor de Deus”.

Eu afirmaria que as rubricas e o conteúdo de nossa teologia devem ser amplos o suficiente para acomodar todos os dados contidos na revelação divina. E nesse aspecto justificação e julgamento deveriam ser concebidos como elementos que se integram no movimento progressivo da história da salvação. Nenhum precisa ser enfraquecido ou rejeitado. Ambos devem ser aceitos e integrados. Esses pilares devem permanecer juntos, dando suporte ao edifício dos propósitos e atos redentivos de Deus.

Justificação e segurança

Resumo do artigo anterior:

Existe uma aparente tensão entre a atitude de Deus em nos justificar através da fé e a idéia de que ele considerará as nossas obras ao nos julgar. Para alguns a segurança da salvação causa a ruína da segunda proposição. Ao aceitarmos a realidade do julgamento como uma revelação de Deus, concluímos que é a revelação que ilumina a razão e que depois disso é tarefa da razão explicar a revelação.

Paulo enfatiza a fidelidade inflexível de Deus, mas também enfatiza também que sua fidelidade não é uma aceitação do pecado humano. Cada uma dessas verdades resguarda a outra de deduções falsas. A discussão de Paulo evita posicionamentos puramente lógicos e teóricos, pois ele encontra suas respostas no ministério salvador de Jesus Cristo—EDITORES

A justificação é pela fé, separada das obras. Essa é uma afirmação tão freqüentemente usada por Paulo que nem é necessário dar um catálogo de textos. Gálatas 2:16 já deixa clara a questão. Dois textos, contudo, merecem menção especial por que eles suprem as razões e a perspectiva a partir da qual muitas afirmações de Paulo são feitas. Refiro-me a Gálatas 2:21 e Romanos 3:27.

Baseado nesses textos, se Paulo fosse questionado como ele sabia que a justificação não era pelas obras, primeiramente ele não responderia: “Por que as obras dos seres humanos têm sido más”. Apesar de Paulo ser capaz de pintar um quadro extremamente negro da natureza humana, como ele faz em Romanos 1:18 até 3:20. Paulo primariamente responderia essa pergunta com base em Gálatas 2:21.

A lógica de Paulo aplicada nesse texto é cristológica e é algo do tipo: “Se a justificação é pela lei, então Cristo morreu em vão”. A implicação é: “É impossível que Cristo tenha morrido em vão, Ele morreu para salvar, logo a justificação não pode ser pela lei”. Em outras palavras, a justificação não pode vir pelas obras da lei por que a revelação indica e a fé confessa que a justificação vem de Cristo.

O mesmo ponto básico está registrado em Romanos 3:27. Quando Paulo nega que as obras excluem a ostentação própria, esse não é o argumento que era de se esperar, depois de termos lido a história de maus feitos da humanidade em Romanos 1:18 – 3:20. Mas então Romanos 3:21-26, que enfatiza a manifestação da graça de Deus e justificação na cruz, vem antes da questão colocada no verso 27. Paulo responde que no fim o que exclui definitivamente a ostentação própria não é presença dos atos malignos, mas a fé na obra redentora de Deus. O ensinamento de que a justificação não é pelas obras, é, portanto, uma dedução cristológica.

Tendo feito essa observação nós encontramos razão para sumarizar alguns dos elementos no entendimento de Paulo a respeito da justificação. Romanos, com outros textos correlacionados, provê o melhor guia.

Grandemente contra a sórdida manifestação da injustiça humana descrita em 1:18-3:20, com toda a humanidade sob o “poder do pecado” (3:9), com toda boca calada perante o tribunal de Deus (3:19), a justificação de Deus (Sua atividade redentora através da qual ele restaura a humanidade a uma relação correta consigo mesmo), que conduz a salvação, está sendo revelada através da proclamação do evangelho (1:16) e é efetiva através da fé, e da *fé somente* (1:17).

O que é anunciado nos versos 16 e 17 é desenvolvido mais plenamente no capítulo 3:21-26. A justiça de Deus que *está sendo* revelada, ou oferecida pessoalmente no evangelho (1:17) *foi* revelada (3:21) historicamente no sangrento sacrifício de Cristo na cruz (3:25). Os seres humanos, tantos quantos pecaram e conseqüentemente estão destituídos da glória de Deus (3:23), são justificados (são reconciliados com Deus) pela graça de Deus através da redenção (libertação do julgo do pecado) realizada pelo sacrifício de Cristo (3:24-25). Essa atitude justificadora da parte de Deus cria um “novo agora” para aqueles que crêem (3:21), o que surge contra a antiga era de pecado e morte (1:18-3:20).

O entendimento da natureza da justificação é esclarecido em outras seções da carta aos Romanos. 5:16, 18 e 8:33, 34 são proveitosas, pois contrastam justificação com condenação (ver 2 Cor 3:9) e com o trazer acusações contra os eleitos de Deus. É claro que a Divina justificação do pecador significa que a condenação Divina é removida, e todas as acusações contra ele caem por terra. Isso acontece por que Deus é por nós, e não contra nós, como evidenciado pelo fato que: “Ele não poupou seu próprio filho, mas o entregou *por todos nós*” (8:31-32).

Esse significado de justificação está de acordo com o que está revelado em Romanos 4:1-8, provavelmente a passagem mais importante para o entendimento da justificação. Aqui, depois de mostrar o que Abraão não encontrou, o que é, uma razão para se gloriar diante de Deus por causa de uma justificação pelas obras (4:2) Paulo mostra por seu uso de Genesis 15:6, o que de fato Abraão encontrou, um *reconhecimento* da justiça tendo a fé como base.

O que este reconhecimento envolve é expandido no capítulo 4:6-8 pela aplicação do segundo princípio de interpretação bíblica do Rabi Hillel (*gezerah shawah*) chamada equivalência de expressões. De acordo com esse princípio, uma palavra ou frase encontrada em um texto das Escrituras deve ser explicada sob a base do significado que ela carrega em outro texto bíblico. Desde que a palavra *reconhecer* não aparece apenas em Genesis 15:6, mas também em Salmo 32:2, Paulo, de forma bem rabínica, mas em harmonia com o evangelho, usa o texto mais recente para iluminar o texto mais antigo. Quando isso é feito, justificação, ou o reconhecimento da justiça, vem a significar o perdão dos pecados ou coisa parecida, o encobrimento do pecado ou sua não imputação ao crente (ver 2 Cor 5:19). Perdão, completo e livre, essa é a justificação. Sua realidade é tão maravilhosa que aquele que tem experimentado essa realidade é chamado “abençoado” ou feliz (Rm 4:7).

Em Romanos 5:9-10, dois versos paralelos um ao outro, e *justificação* é coordenada com *reconciliação*. Ambos os termos se referem à mesma realidade e são tornados possíveis da mesma maneira (através da morte de Cristo) e conduz ao mesmo resultado (salvação final). A correspondência sinônima entre *justificação* e *reconciliação* é vista também em 2 Coríntios 5:18-21, onde reconciliação é atada juntamente com a não imputação de pecado, como em Romanos 4:8, e com a justiça de Deus.

Interessantemente esses conceitos estão relacionados àqueles da “nova criação” da qual se fala em 2 Cor 5:17. A idéia da nova criação também é encontrada em Romanos 4:17, aonde o Deus que justifica, é descrito como aquele que “dá vida aos mortos e chama à existência as coisas que não existem”.

Geralmente quando o conceito da nova criação é introduzido, as pessoas pensam logo em termos de santificação, no sentido de crescimento moral. Mas, como vimos a partir de 2 Cor 5 e Rm 4, a nova criação é mais imediatamente relacionada com a justificação e reconciliação. Contudo, como 2 Cor 5:14, 15 mostra, o propósito da morte reconciliatória de Cristo é que aqueles que vivem como resultado dele, não mais vivam para si mesmos, mas vivam para aquele que morreu e ressuscitou. A nova criação não contém bifurcação entre a nova vida garantida e a nova vida vivida.

Existem outros conceitos que derramam luz sobre a justificação. Como Paulo argumenta seu caso de justificação em Gálatas ele desenvolve até o ponto em que ele explica a nova situação criada pela atitude justificativa de Deus em termos de filiação ou adoção (Gal 4:5-7; ver também 3:24-26). O significado da justificação se desenvolve até a comovedora expressão de exclamação em 4:6 “Abba, Pai!”. Essa exclamação é tornada possível pelo Espírito do Filho (de Deus) inundando o coração daquele que crê.

De fato, justificação envolve a recepção do Espírito, como é claro aqui em Gálatas 3:1-5, onde imediatamente após um dos maiores argumentos de Paulo pela *justificação* pela fé e não pelas obras da lei (2:15-21), Paulo pergunta se os gálatas receberam “o Espírito pelas obras da lei, ou pela pregação da fé”. Sem dúvida a recepção do Espírito está ligada à experiência da justificação. Nesse contexto 2 Cor 3 deve ser notado. Não apenas “a ministração da justiça” é contrastada com “condenação” (verso 9), Mas o “ministério do Espírito” é contrastado com o “ministério da morte”(3: 7e 8). É óbvio que a ministração da justiça de Deus (referindo-se a sua atitude justificadora) corresponde ou se relaciona com a presença do Espírito. Em Romanos 5:5 a futura esperança cristã de compartilhar a glória de Deus está baseada na experiência presente do amor de Deus, dado através do Espírito. Esse amor que o Espírito traz ao que crê é tal que devemos receber sendo ímpios e desajudados (verso 6), pecadores (verso 8), e inimigos (verso 10), Cristo morreu por nós (verso 8) e isso tornou possível nossa justificação (verso 9) e reconciliação (verso 10).

Segurança

Como conseqüência do recebimento da justificação que tem origem em Deus, com todas as suas facetas e com todas as metáforas e realidades associadas a ela (graça, redenção, reconciliação, reconhecimento, perdão, criação, adoção, filiação, Espírito, liberdade, vida, paz, alegria) o cristão passa a possuir uma confiança de salvação final. Isso é deixado claro em Romanos 5.

Esse capítulo é construído sob um conceito “muito mais”. A expressão específica “muito mais” aparece 3 vezes (versos 9, 10 e 17), mas a idéia está presente em todo o capítulo. Resumindo, para a primeira parte do capítulo (versos 1 a 11), se o crente já é justificado agora, muito mais ele será finalmente e completamente salvo no julgamento a ocorrer no fim.

Para a segunda parte do capítulo (versos 12 a 21) o argumento é que se a raça humana através de Adão foi afetada com o pecado, injustiça e morte, muito mais através de Cristo a humanidade é “afetada” (é presenteada) com graça, justiça e vida. Se Adão trouxe ruína, quanto muito mais Cristo trouxe vitória. Com a aparição da lei no Sinai, o pecado apenas se multiplicou (verso 20) ao invés de ser sido suprimido, como o judaísmo sustentava. Mas onde o pecado abundou, a graça superabundou “e então,

como o pecado reinou para a morte, a graça também deve reinar em justificação para a vida eterna através de Jesus Cristo nosso Senhor” (20-21).

Deste modo, a ordem em Romanos 5 vai da realidade da justificação até o “muito mais” da glorificação. (ver versos 1 e 2). Tal movimento se harmoniza com a cadeia progressiva da salvação mencionada em Romanos 8:29-30. Aqui mais uma vez a justificação é seguida pela glorificação. E, como em Romanos 5, o sofrimento é um prelúdio para a glória. De acordo com Rm 8:17 e 18, nós somos “co-herdeiros com Cristo, uma vez que sofremos com Ele a fim de sermos glorificados com Ele”. Mais adiante Paulo diz que considera os sofrimentos do tempo presente não são dignos de serem comparados com a glória que há de ser revelada em nós.

Os sofredores são ordenados a confiar que “todas as coisas cooperam para o bem dos que amam a Deus” (verso 28). Eles têm a garantia da segurança, derivada do oferecimento do sofrimento de seu Filho e da justificação oferecida a partir dele (versos 32-34), e que nada no céu ou na terra será capaz de separá-los do amor de Deus em Jesus Cristo (versos 35-39). Dessa maneira, a realidade da justificação envolve a realidade da segurança completa e durável.

A justificação que traz consigo mesma a segurança da salvação final ao crente é baseada na fé. A doutrina de Paulo é de Justificação pela fé, e não justificação pelo destino (trocadilho em inglês Faith (fé) e Fate (destino). Nota do tradutor).

O que Cristo fez pela humanidade é algo de que se deve se apropriar. A justiça de Deus, que foi providenciada em favor de todos através de Jesus Cristo, é eficaz no nível pessoal apenas através da fé.

E qual é o significado básico de fé? Apesar de muitas afirmações de Paulo serem válidas, provavelmente não haja resposta melhor a essa pergunta do que a contida em Romanos 4:19-21. Desse texto, no qual Paulo fala de Abraão e de sua fé, os elementos da fé verdadeira emergem claramente. De acordo com Paulo, apesar da idade avançada de Abraão e da esterilidade do ventre de Sara, “nenhuma desconfiança o fez duvidar da promessa de Deus”. Em contraste com a desconfiança, Abraão estava “completamente confiante de que Deus era capaz de realizar o que havia prometido”.

Diferentemente de desacreditar como resultado da aparente impossibilidade de resolução da situação, Abraão acreditava que a Palavra de Deus expressada em sua promessa era a realidade absoluta para ele, e isso foi a causa de seu “fortalecimento”. Para usar as palavras de outro escritor bíblico, Abraão “não vivia apenas de pão”, isso é, pela realidade empírica, “mas de toda palavra que saía da boca de Deus” (Mateus 4:4).

Deu Glória a Deus

Finalmente, toda a questão da fé é resumida, e encontra sua direção correta e significado último no fato de que Abraão deu Glória a Deus (Rm 4:20). Na força da promessa de Deus a fé de Abraão se fortaleceu *enquanto dava glória a Deus*. Tal glorificação de Deus está em rigoroso contraste, e se opõem (1) à realidade pecaminosa dos gentios, que de acordo com Rom 1, se recusam a dar glória a Deus ou de serem gratos a Ele (verso 21), mas que “adoraram e serviram a criatura” (verso 25), e (2) à realidade pecaminosa dos judeus de acordo com as implicações de Rom 2, se gloriavam na sua própria justiça. A postura de fé de Abraão, que era anterior à sua circuncisão, cria a possibilidade de uma nova humanidade a faz de Abraão o pai de ambos, gentios ou judeus que seguirem seu exemplo (4:9-12).

Vemos, portanto, em Abraão, que a fé aceita (reconhece) a Deus como Deus e confia absolutamente e depende totalmente de sua Palavra. Aquela Palavra se torna, no argumento do capítulo 4, a Palavra do evangelho, que fala a respeito de Jesus. Assim

como a fé de Abraão na promessa de Deus foi “atribuída a ele como justiça”, assim “ela será imputada a nós que acreditamos nEle que ressuscitou a Jesus Cristo nosso Senhor dentre os mortos, que foi morto por nós e foi ressuscitado por nossa justificação” (versos 22, 24, e 25). A fé se torna a “aceitação de” e confiança no evangelho. A fé também se torna a confissão do evangelho, como está claro em Romanos 10:9 e 10. “Se, com a tua boca, *confessares* Jesus como Senhor e, em teu coração, *creres* que Deus o ressuscitou dentre os mortos, serás salvo. Porque com o coração se crê para justiça e com a boca se *confessa* a respeito da salvação”.

Em vista da direção que a Palavra de Deus dá ao significado de fé, é correto, ainda que incompleto, dizer que a fé, como alguns dizem, é uma recepção passiva. O valor dessa concepção é que ela enfatiza nosso recebimento do que Deus *consumou* (fez), e deste modo nega o que *nós fazemos* como meio de justificação.

Depois que essa verdade foi compreendida, contudo, a cena completa deveria ser descrita e o elemento *dinâmico* da fé deveria ser enfatizado. Fé é a reação a uma ação ou promessa prévia feita por Deus. A fé é estimulada por Deus por se ouvir a Palavra a respeito de Cristo (verso 17), que Abraão não se enfraqueceu na fé (4:19), que “nenhuma desconfiança o fez duvidar” que ele “deu glória a Deus” (verso 20), que ele estava plenamente convencido (verso 21), que o cristão deve confessar a Cristo como Senhor ressurreto (10:9). Essas todas são idéias ativas nas quais a energia da fé é sublinhada. Na fé, as pessoas são diretamente e pessoalmente *envolvidas* com as promessas de Deus.

Na realidade, Paulo entende a fé tão dinamicamente, que ele pode descrevê-la como obediência, significando entrega (confiança) à Palavra de Deus no evangelho. Estar atento ao chamado de Deus através do evangelho é obedecer a Deus. Tal é o caso em Rm 1:5 (cf. 16:26), onde Paulo declara que o próprio propósito do apostolado é trazer todas as nações à “obediência da fé”, significando a obediência que é fé.

Em outras palavras, o propósito da comissão evangélica é conduzir todas as nações para que creiam em Cristo. Quando eles crêem em Cristo eles estão fazendo aquilo que Deus através do evangelho quer que eles façam. Esse pensamento é corroborado pelas palavras de Jesus em João 6. Em resposta à pergunta daquelas pessoas: “o que devemos fazer para realizar as obras de Deus?” (verso 28), Jesus respondeu: “essa é a obra de Deus, que vocês creiam naquele que Ele enviou” (verso 29). Evidência posterior de que obediência é fé aparecem em Romanos 10:3, onde é dito dos judeus incrédulos: “Eles não se submetem (obedecem) à justiça de Deus”. O mesmo é verdade em Romanos 10:16, que novamente fala do Israel descrente: “Mas nem todos *obedeceram* ao evangelho; pois Isaías diz: Senhor, quem *acreditou na* nossa pregação?” Romanos 10 é um grande capítulo sobre fé, e ainda assim fala de Israel não obedecendo ao evangelho. Alguém poderia comparar Romanos 11:23 com Romanos 11:31-32, o texto inicial destacando a incredulidade, e o posterior destacando a desobediência. Compare também 1:8 com 15:18, o primeiro enfatiza fé, o último obediência.

O caráter dinâmico da fé é visto também em 1Ts 1:3, onde Paulo recomenda (louva) os tessalonicenses por sua “fé prática e esforço amoroso e a firmeza da esperança”. Fé, esperança e amor são as coisas que Deus pede aos homens através do evangelho. De acordo com Gálatas 5:6, o que realmente importa é a fé que atua através do amor.

Isso torna a fé uma espécie de “obra meritória”? De maneira nenhuma. A fé só possível por causa de Cristo, e só tem significado por que é direcionada para Cristo. Desse modo, a possibilidade e a eficácia da fé estão em Cristo. É por isso que salvação pela fé significa salvação pela graça. A fé nos move até Cristo e agarra-se na graça.

A teologia de fé total de Paulo pode ser resumida ao se dizer que fé é rendição ao

veredicto, dom e à vontade de Deus. A fé se submete ao veredicto de Deus a respeito do homem: “Pois todos pecaram e carecem da glória de Deus” (3:23). Se rende ao dom de Deus em favor do homem: “Sendo justificados gratuitamente, por sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus” (3:24). E se rende à vontade de Deus para o homem: “Porque, se vivemos, para o Senhor vivemos; se morremos, para o Senhor morremos. Quer, pois, vivamos ou morramos, somos do Senhor. Foi precisamente para esse fim que Cristo morreu e ressurgiu: para ser Senhor tanto de mortos como de vivos” (14:8-9).

Julgamento e Segurança

Resumo do artigo anterior:

A exposição de Paulo do plano da salvação repousa sobre a premissa de que Deus é por nós, e não contra nós. E isso é evidenciado pelo fato de que: “ele não poupou seu próprio filho, antes o entregou por todos nós” (Rm 8:32). A despeito dos feitos malignos da humanidade, o amor de Deus nos alcança com o objetivo de nos justificar. A justificação é discutida em Romanos 4 e se torna a base da segurança descrita em Romanos 5. Paulo deixa plenamente claro que ele não está advogando justificação pelo “destino”. A justificação deve ser apropriada, se tornando eficaz apenas através da fé, um tipo de fé similar a fé manifestada por Abraão, que confiou e dependeu totalmente da Palavra de Deus.

O lado passivo da fé nos protege da idéia de fazermos por nós mesmos, e seu lado dinâmico nos lembra que a fé também é uma reação a uma ação que tem início em Deus. O caráter dinâmico da fé, enquanto de forma nenhuma a torna uma “obra meritória”, enfatiza a verdade de que a fé é atitude.—EDITORES

O apóstolo Paulo demonstrava fortemente sua crença em um julgamento vindouro. Vamos olhar a algumas passagens mais importantes nesse sentido.

2 Coríntios 5:9-10: “É por isso que também nos esforçamos, quer presentes, quer ausentes, para lhe sermos agradáveis. Porque importa que todos nós compareçamos perante o tribunal de Cristo, para que cada um receba segundo o bem ou o mal que tiver feito por meio do corpo”.

Romanos 14:10, 12. Aqui o tema de que os cristãos deverão aparecer diante do tribunal divino é afirmado e lhe é dado uma interpretação particular. No contexto significativo da morte e ressurreição de Cristo para ser Senhor de vivos e de mortos (verso 9), Paulo pergunta: “Tu, porém, por que julgas teu irmão? E tu, por que desprezas o teu? Pois todos compareceremos perante o tribunal de Deus”. Verso 10. Assim como o destino final (e absoluto) é afetado pelo julgamento em 2 Cor 5:10, aqueles que são julgados recebem “bem ou mal”, assim é também aqui.

A implicação é óbvia, sermos rápidos em julgar os outros ou em desprezá-los (ou, como em Romanos 14:15, causando “a ruína de um por quem Cristo morreu”) afetará o destino de alguém no julgamento. Isso é uma reafirmação do ensinamento de Cristo de que com o juízo com que julgamos seremos julgados. Ao invés do crente ficar julgando e desprezando os outros, sua atitude deve ser: “Ora, nós que somos fortes devemos suportar as debilidades dos fracos e não agradar-nos a nós mesmos. Portanto, cada um de nós agrade ao próximo no que é bom para edificação. Porque também Cristo não se agradou a si mesmo” Romanos 15:1-3. Em qualquer caso, Paulo instrui os cristãos a não lançar juízos desfavoráveis sobre outros por que: “Cada um de nós deve dar contas de si mesmo para Deus” (Romanos 14:12).

Romanos 2:16. Esse texto fala do dia em que, como o evangelho de Paulo ensina, Deus julgará os segredos dos homens através de Jesus Cristo. E, como Romanos 2:6-10 demonstra, Deus retribuirá a cada segundo as suas obras. Haverá ira e fúria contra aqueles que não obedecem à verdade, mas ao invés disso obedecem à injustiça. E vida eterna para aqueles que, ao fazer pacientemente o bem, mostram que eles buscam glória, honra e imortalidade. Por que isso é verdadeiro, uma pessoa não deve buscar refúgio apenas em ouvir a lei, por que só os praticantes da lei “serão justificados” (verso 13). Enquanto Romanos 2 tem propósito de mostrar que o judeu com sua justiça própria que critica as maldades do gentio, e ele mesmo ainda peca (versos 1-3 e 21-24) e não pode ser justificado por suas obras, o capítulo ainda assim contém o padrão de julgamento.

O *padrão* (critério) do julgamento não deveria ser confundido, contudo, com o *método* pelo qual o padrão (critério) é alcançado. Paulo passa o resto da carta aos Romanos, a partir de 3:21 em diante, explicando o método. Essa explicação, eu contendaria, engloba não apenas a porção teológica do livro (até o capítulo 11), onde o indicador da graça salvadora de Deus é apresentado como o fundamento da redenção, mas também a parte ética do livro, começando com o capítulo 12, onde o imperativo divino, levantado-se acima da redenção oferecida no evangelho é apresentado. Isso não mistura justificação com santificação, mas mostra que a verdadeira justificação sempre termina (conduz à) em santificação.

Nova conformidade com Deus

Somente quando a graça de Deus, que no fim continua como a base para a vida eterna, conduz a uma nova conformidade com Deus (12:1-2) é que o cristão está preparado para estar em pé diante do julgamento. A porção ética do livro de Romanos não é estranha à, ou meramente um anexo à visão da misericórdia de Deus em Romanos, dos capítulos 1 a 11. A graça sempre se revela e interpreta a si mesma como uma nova forma de vida, e somente o total envolvimento é aceitável a Deus. Nós não podemos duvidar que a vida cristã haja de requerer a misericórdia de Deus até o fim, mas essa misericórdia sempre dará frutos. A vida recebida de Deus deve ser sempre uma vida vivida para Deus.

Entre os adventistas do sétimo dia e pelos adventistas do sétimo dia, a mensagem do evangelho em Romanos deve ser escutada em sua inteireza tanto indicativa (A realidade do dom de Deus) como imperativa (A realidade da vontade de Deus). Note mais uma vez como Paulo diz em Romanos 2:16 que a pregação do evangelho inclui o julgamento). Somente uma conjunção viva entre dom (o que Deus faz por nós) e vontade (o que Deus quer de nós) é que o potencial pleno de “ser reconduzido a uma correta relação com Deus” se realiza (ver capítulo 2:17).

1 Cor 3:13: “Manifesta se tornará a obra de cada um; pois o Dia a demonstrará, porque está sendo revelada pelo fogo; e qual seja a obra de cada um o próprio fogo o provará”. Mais adiante nós analisaremos a função desse texto nesse contexto.

1 Cor 4:5: “Portanto, nada julgueis antes do tempo, até que venha o Senhor, o qual não somente trará à plena luz as coisas ocultas das trevas, mas também manifestará os desígnios dos corações; e, então, cada um receberá o seu louvor da parte de Deus”.

Apesar de Paulo enfatizar o louvor na última parte do verso, é claro que a revelação das “coisas ocultas das trevas”, pode no caso de algumas pessoas, trazer o resultado oposto. Não é o propósito de Paulo aqui deixar isso claro, mas é uma inferência legítima a partir da linguagem. A razão para essa ênfase sobre “louvor” apenas é uma ênfase pessoal. Esse louvor fica em contraste com a preocupação de Paulo no verso 3 que ele

devesse ser julgado pelos coríntios ou por qualquer coorte humana. Ele não está preocupado com o louvor humano, mas com o louvor de Deus.

O ponto primário do verso, então, tem a ver com a vindicação última do ministério apostólico de Paulo. Entretanto, as implicações do fato de que Deus irá: “trará à luz as coisas ocultas das trevas” se estende mais largamente. Manifestadamente, Paulo aplicou a linguagem que pertence a um conceito mais amplo de julgamento para seu próprio ministério (2:16).

Colossenses 3:5-6: “Fazei, pois, morrer a vossa natureza terrena: prostituição, impureza, paixão lasciva, desejo maligno e a avareza, que é idolatria; *por estas coisas é que vem a ira de Deus*”.

Em *1 Tessalonicenses 4:6*, a respeito de sua exortação sobre pureza sexual Paulo diz: “que, nesta matéria, ninguém ofenda nem defraude a seu irmão; porque o Senhor, contra todas estas coisas, como antes vos avisamos *e testificamos claramente, é o vingador*”.

Em *Gálatas 5:21*, a mesma ênfase sobre “testificar claramente” em *1Ts 4:6* é feita aqui também. Depois de uma lista de vícios ele diz: “a respeito das quais eu vos declaro (testifico claramente), como já, outrora, vos preveni que não herdarão o reino de Deus os que tais coisas praticam”.

1 Coríntios 6:9 é outro texto com uma lista de vícios. A maneira que Paulo coloca ênfase é instrutiva. “ou não sabeis que os injustos não herdarão o reino de Deus? *Não vos enganeis*”. Certamente vocês deveriam saber disso, Paulo disse. Mas esse é um assunto, ele admite, no qual alguém pode ser enganado. Ele nos visa contra tal engano.

Efésios 5:5-6 traz um aviso similar sobre não ser enganado: “Sabei, pois, isto: nenhum incontinente, ou impuro, ou avarento, que é idólatra, tem herança no reino de Cristo e de Deus. *Ninguém vos engane com palavras vãs*; porque, por essas coisas, vem a ira de Deus sobre os filhos da desobediência”.

Gálatas 6:7-8 Aqui, não ser enganado é coordenado com outro pensamento. “Não vos enganeis: de *Deus não se zomba*; pois aquilo que o homem semear, isso também ceifará. Porque o que semeia para a sua própria carne da carne colherá corrupção; mas o que semeia para o Espírito do Espírito colherá vida eterna”.

Esse texto faz uma contribuição importante quando diz que de Deus não se zomba. Certamente seria zombar de Deus que alguém o recebesse e então se recusasse a viver coerentemente através de seu Espírito. Uma vida vivida deliberadamente pela carne nunca pode estar de acordo com a realidade e objetivo da graça justificadora de Deus.

Todo cristão deveria perguntar a si mesmo se sua vida “zomba de Deus”, do Deus que lhe deu a vida. A ênfase em *gálatas 6:7-8* em ser enganado e zombar de Deus encontra um extraordinário paralelo com *Jeremias 7:8-10*: “Eis que vós confiais em palavras falsas, que para nada vos aproveitam. Que é isso? Furtais e matais, cometeis adultério e jurais falsamente, queimais incenso a Baal e andais após outros deuses que não conheceis, e depois vindes, e vos pondeis diante de mim nesta casa que se chama pelo meu nome, e dizeis: Estamos salvos; sim, só para continuardes a praticar estas abominações!”.

Romanos 5:8-13 faz o mesmo contraste entre carne e Espírito. O verso 13 diz: “Porque, se viverdes segundo a carne, caminhais para a morte; mas, se, pelo Espírito, mortificardes os feitos do corpo, certamente, vivereis”.

Hebreus 2:1-3 diz: “por esta razão, importa que nos apeguemos, com mais firmeza, às verdades ouvidas, para que delas jamais nos desviemos. Se, pois, se tornou firme a palavra falada por meio de anjos, e toda transgressão ou desobediência recebeu justo castigo, como escaparemos nós, se negligenciarmos tão grande salvação?”

Hebreus 10:26-31. O que é brevemente citado em Hebreus 2:1-3 é completamente desenvolvido neste texto em Hebreus 10. O texto fala por si mesmo. “Porque, se vivermos deliberadamente em pecado, depois de termos recebido o pleno conhecimento da verdade, já não resta sacrifício pelos pecados; pelo contrário, certa expectativa horrível de juízo e fogo vingador prestes a consumir os adversários. Sem misericórdia morre pelo depoimento de duas ou três testemunhas quem tiver rejeitado a lei de Moisés. De quanto mais severo castigo julgais vós será considerado digno aquele que calcou aos pés o Filho de Deus, e profanou o sangue da aliança com o qual foi santificado, e ultrajou o Espírito da graça? Ora, nós conhecemos aquele que disse: A mim pertence a vingança; eu retribuirei. E outra vez: O Senhor julgará o seu povo. Horrível coisa é cair nas mãos do Deus vivo”.

Sumário das principais verdades nos textos de juízo

Enquanto aqueles que permanecem comprometidos com Cristo não precisam temer o julgamento de Deus ou estar ansiosos quanto à salvação. Três coisas pelo menos estão claras a partir desses textos de juízo (o que está sendo dito aqui será esclarecido em um artigo posterior relacionado à rica salvação de Deus.) 1. Cristãos, todos aqueles justificados pela fé, vão ser julgados. 2. O julgamento é feito de acordo com as obras. 3. Dois destinos são possíveis para aqueles que professaram ser seguidores de Jesus: Vida eterna de um lado, morte eterna de outro lado. Em resumo, as pessoas podem ser salvas ou condenadas como resultado do julgamento.

Ninguém *necessita* se perder, prevenir e evitar isso é a razão de todos os textos a respeito do julgamento, mas alguns podem se tornar indiferente à Palavra e à vontade de Deus.

Como os textos bíblicos sobre a graça não permitem a falsa interpretação: “Nunca podemos ter certeza da salvação, não importa o que Cristo tenha realizado”. Assim os textos sobre o julgamento destroem a falsa compreensão de que: “Uma vez salvo, salvo para sempre, não importa o que se faça.” Salvação é um dom, mas o dom não é permanente quando o doador é rejeitado como Senhor de nossa vida.

Uma tensão resolvida

Justificação garante salvação, mas o julgamento resguarda a salvação

Resumo do artigo anterior:

Paulo era claramente um advogado do juízo. Virtualmente em todas as suas epístolas ele retorna a esse tema, às vezes quando discutindo realidades pecaminosas que excluirão as pessoas do céu.

Nós consideraremos o apóstolo diminutamente se falharmos em considerar o impacto de seus ensinamentos teológicos. Por exemplo, ao darmos atenção apenas a Romanos 1-11, a seção teológica, e ao deixar de lado os capítulos 12-16, a seção ética, nós entendemos claramente o indicativo (a realidade do dom de Deus), mas vamos passar por cima do imperativo (a realidade da vontade de Deus). O pecador é salvo da morte pelo dom de Deus, mas ele é julgado de acordo com suas obras. A salvação sempre é um dom (imerecido), mas o dom não é permanente se o doador é rejeitado como Senhor de nossa vida.—EDITORES

Várias tentativas têm sido feitas para resolver a tensão ente justificação e julgamento.

1. Algumas pessoas afirmam que os textos sobre o julgamento pelas obras são anexos provenientes do passado judaico de Paulo no qual a apocalíptica tinha um papel

importante. Os textos de juízo, eles diriam, são um tipo de reminiscência apocalíptica. Eles devem, portanto, se curvar diante da visão de Paulo sobre a justificação.

De acordo com essa posição, então, na verdade há apenas um foco na pregação de Paulo a esse respeito e não dois. A idéia de julgamento, portanto é dita ser inútil (não funcional) diante das concepções de Paulo, essa visão apocalíptica e que implica em rejeição (de alguns) seria totalmente inaceitável como uma interpretação realmente paulina. Ela cai diante da *frequência* dos textos de juízo na obra de Paulo, da *severidade* de seu pensamento, e da *centralidade* do julgamento para seu argumento.

2. Alguns advogam o que pode ser chamada de visão imperfeccionista. Eles argumentam que desde que uma pessoa nunca pode atingir perfeição por causa do fato que o pecado habita no ser humano, a fé é o único princípio operante no julgamento, assim como para a concessão da justificação. Por essa razão a única real função das afirmações bíblicas concernentes ao juízo de acordo com as obras seria fazer com que as pessoas fugissem em direção à justificação pela fé, onde a misericórdia seria necessária de ser encontrada. O julgamento de acordo com as obras, então, não é uma realidade futura exceto para aqueles que não estão em Cristo. Para o cristão, o julgamento de acordo com as obras significa de acordo com as obras de Cristo mais do que de acordo com as obras dos *cristãos*.

Essa visão contém um elemento positivo quando ela enfatiza a primazia da justificação pela fé, mas em seu esforço de estar numa harmonia fácil (e simples) com a justificação, acaba desprezando os textos de juízo. Claramente a Escritura indica que as obras cristãs (tornadas possíveis através de Jesus Cristo) estão à vista neste julgamento e que a perda da vida eterna pode ocorrer se a graça não der à luz ao discipulado. Mais tarde, essa visão não leva a sério o tema: “cumprimento da lei” nos escritos de Paulo. (Rm 8:4; 13:8-10; Gl 5:13-14; 6:2). Onde esse tema acontece, ele não se refere a uma imputação da justiça da lei, mas na atualização/concretização da justiça na vida do cristão através do poder do Espírito. Nós reconhecemos que essa afirmação não se refere à perfeição absoluta de caráter, mas podemos afirmar que a vontade de Deus é concretamente expressa na vida do cristão. Mais ainda, a visão imperfeccionista mal interpreta (compreende) o imperativo (a realidade da vontade de Deus) em Paulo. Acaba-se percebendo que o imperativo trata apenas de coisas que não devemos fazer diante de Deus mais do que ele realmente é (em Paulo e em toda a Bíblia), algo que se refere ao que *fazemos* diante de Deus.

De fato, a Escritura pede muito de nós, intransigentemente, e isso é de tirar o fôlego. Contudo, continua sendo verdade que através do poder do Espírito Santo (que vem aos crentes juntamente com a graça justificadora em primeiro lugar; compare Gálatas 2:16, 21 com Romanos 3:1-3) os crentes podem “andar em novidade de vida” agora! (Rm 6:4).

Através de Cristo e como Cristo, pode ser dito que a vida que o cristão vive é para Deus (6:11). A ética bíblica não apenas conduz a pessoa de volta à justificação, mas é o fruto vivo da justificação. Se nós devemos continuamente voltar em direção da cruz por causa da severidade da vontade (demanda) de Deus, é igualmente verdade que devemos voltar ao mundo acompanhados da cruz, como discípulos de Cristo que seguem seu caminho.

3. Uma terceira forma de se entender a questão pode ser chamada de “participacionista” ou perfeccionista. (permita-nos distinguir logo no início entre “perfeição” como algo para o que a Bíblia sempre nos direciona, e “perfeccionismo” que é a afirmação de termos alcançado perfeição). De acordo com essa visão, a justificação se refere ao início da vida cristã e que no fim temos o julgamento pelas

obras. Nós somos justificados *inicialmente* pela fé, mas *em última instância* pela obtenção do padrão da perfeição através da graça. De acordo com isso, não há realmente necessidade de misericórdia no julgamento por que o crente afastou de si todo feito imperfeito.

A visão perfeccionista tem elementos positivos: Ela reconhece que Deus nos chama à perfeição, leva o discipulado a sério, e aponta para o propósito de Deus no cumprimento da lei (por parte das pessoas), e não para sua destruição (anulação).

Contudo essa visão tem sérios defeitos. Primeiro, ela deixa para traz a justificação e a fé, quando Paulo não o faz. Para Paulo, a fé, se apoderando da justiça de Cristo é a fundação de uma relação correta com Deus em todo o tempo: no passado, presente e no futuro. Isso é inerente na frase “de fé em fé” em Romanos 1:17 e é explicitamente ensinada em Gálatas 5:5, onde é através do Espírito, pela fé, que aguardamos a esperança da justiça (que significa esperança da justificação). Em outras palavras a fé se agarra à futura justificação de Deus tanto quanto à sua presente manifestação. De acordo com Romanos 5:1-2, a justificação pela fé conduz à glória.

Novamente, Paulo, o mesmo que poderosamente apresenta tanto a justificação pela fé somente e julgamento de acordo com as obras, se recusa a reclamar perfeição mesmo diante do breve possível fim de sua vida, como vemos em Filipenses 3:12-14. Ele sabia que Cristo tinha feito dele alguém plenamente seu, mas que ele ainda não tinha tornado as infinitas riquezas de Cristo plenamente suas (3:12b).

Superficial entendimento de perfeição

Finalmente, essa visão tem uma compreensão superficial de perfeição. Ela não parece entender adequadamente o significado do “ainda mais” dos ensinamentos de Paulo. De acordo com Paulo, nós devemos agradar a Deus e amarmos uns aos outros, como Deus ensinou, mas não devemos nos contentar, mas devemos fazer isso mais e mais (1 Ts 4:1, 9, 10). O padrão de perfeição está sempre adiante do cristão e nunca pode se dizer que ele foi plenamente alcançado. Isso é assim por que o dom de Cristo é tão infinito que o que ele pede de nós também se estende ao infinito. Assim como ele se entregou totalmente por nós e para nós, assim ele pede nossa vida inteira para seu serviço. Dizer que alguém está *no caminho*, como Paulo disse (Fil 3:12-14), é uma coisa, mas dizer que alguém *tenha alcançado a perfeição* é outra coisa. Paulo rejeita essa posição mesmo quando nos aconselha a “segurar firmemente o que já alcançamos” (verso 16). Algo já aconteceu, mas existe mais para acontecer. O céu em si mesmo tem sido descrito como um celestial aproximar-se de Deus.

4. Outra visão declara que o julgamento apenas avalia os níveis de desenvolvimento espiritual dos redimidos, mas isso não determina salvação ou perdição. Um artigo de um recente periódico evangélico chama atenção para essa interpretação. “Os casos dos que crêem não estão correndo perigo no julgamento uma vez que seu representante (Jesus Cristo) já selou sua justificação”. A explicação seguinte e o suporte para essa visão foi dada no texto do artigo:

“O que dizer dos textos que indicam que os cristãos serão julgados de acordo com suas obras? Não ensina a Bíblia que os crentes serão responsabilizados pela maneira que eles viveram? É verdade que “todos nós devemos comparecer perante o tribunal de Cristo (2 Cor 5:10). Mas enquanto a Bíblia diz que nós seremos julgados *por nossas* obras, ela não diz que nós somos justificados por nossas obras (Rm 3:20). Os crentes serão recompensados a tempo pelo bem que realizaram através da graça (Ef 6:8; Mat 25:32-40). *Por que nós já fomos justificados em Cristo, essa avaliação final não vai de*

maneira nenhuma colocarem perigo nossa aceitação diante de Deus". Georde Ladd, em "Uma teologia do Novo Testamento" explica a questão da seguinte forma:

"O crente será julgado por suas obras, nossa vida será exposta diante do escrutínio de Deus a fim de que cada um receba a recompensa adequada pelas coisas feitas em vida através do corpo, de acordo com todas as coisas que ele fez, sejam essas coisas boas ou más. *Esse julgamento não é uma declaração de perdição, mas uma avaliação de valor. Envolvendo não condenação ou absolvição, mas recompensa ou perda com base no valor ou na falta de valor da vida do cristão.* O mesmo princípio de julgamento é exposto em 1 Cor 3:12-15. Paulo está aqui falando da obra dos líderes cristãos, mas o princípio é válido para todos os que crêem. O único fundamento sobre o qual qualquer coisa permanente pode ser construída é Jesus Cristo. . Contudo, nem todos constroem da mesma forma. Alguns erigem estruturas com ouro, prata, ou pedras preciosas, outros com casas não valiosas feitas de madeira, palha ou restolho. ...Suas obras, como madeira, palha e restolho serão consumidas nas chamas do julgamento como resultado de sua vida na terra. Isso não significa perda da salvação: "ele mesmo será salvo" mas sofrerá a perda do "Muito bem, servo bom e fiel". Aqueles que construíram fielmente e efetivamente por seu amor e devoção. Paulo não indica o que será a recompensa. O princípio envolvido nesse julgamento é que enquanto a salvação é totalmente pela graça, o cristão é deixado sem nenhuma dúvida que ele será recompensado por Deus de forma plenamente responsável por sua vida no presente.

O maior problema com essa visão, deixando de lado o fato de que parece que haverá um sistema de castas no reino vindouro, é que ela não está em harmonia com textos bíblicos claros e importantes a respeito do julgamento. Ela omite considerações a respeito do significado de todos esses textos. Das afirmações de juízo é claro que o destino final de fato é determinado no julgamento, e as obras (obras resultantes da fé é claro) têm um papel significativo a cumprir nessa determinação.

Não apenas essa visão, representada pelo artigo citado acima, omite muito das evidências bíblicas, mas também comete o erro de mal usar as passagens que cita. Por exemplo, Mateus 24:32-40 é intimado a dar suporte a briga. Feita apenas do lado positivo, de que "os crentes serão recompensados. ...pela bem que fizeram através da graça" (o que dizer do mal que fizeram separados da graça de Deus?)

Ao menos, a suposição baseada na interpretação do artigo é que nenhuma dentre as perdas nesta parábola teriam sido crentes. A parábola, porém, ensina inequivocamente que mera profissão de fé não é absolvida no julgamento, mas somente o fazer a vontade de Deus em termos de feitos de misericórdia. A passagem não faz sentido (segundo a interpretação deles) a menos que Cristo tenha dito essa parábola para justificar a nação judaica e condenar todas as gentílicas (e parece que ela ensina que ser um judeu [um professo crente], que não faz atos de misericórdia não é vantagem, senão desvantagem em comparação com os gentios que fazem a vontade de Deus). A parábola ensina claramente o princípio de que "crentes" podem se perder (ser deixados de fora) quando não representam o caráter essencial do Reino de Deus.

Sem o "muito bem" ninguém entra no Reino

Também usando Mateus 25, no caso do verso 23, George Ladd disse: "Muito bem, servo bom e fiel" é algo que não será dito àqueles que de acordo com 1 Cor 3:12-15 construíram pobremente sobre o fundamento que é Cristo. Essas pessoas serão salvas, mas vão perder a recompensa que a salvação concederá àqueles que construíram de forma "correta". Ladd usa mal tanto a passagem de Mateus como de 1 aos coríntios. É preciso notar que em Mateus 25:23, o "muito bem" é seguido por, e é a pressuposição

para, “entra no gozo do teu Senhor”. Esse gozo não é apenas um aspecto do reino reservado aos “bons” construtores que entram no reino, e não para os outros (maus construtores) que também adentram o reino. Ainda, gozo é um termo que resume o reino como um todo. Sem o “muito bem” *ninguém* de maneira nenhuma entra no reino, *ou* participa de *qualquer* grau de seu gozo (de sua alegria).

A passagem de 1 Cor 3:12-15 é mal entendida se for usada para ensinar que não importa o que o crente faça em sua vida pessoal, ele ainda será salvo no fim dos tempos. A afirmação, “ele será salvo, como que pelo fogo” não é mais uma promessa pública do que uma advertência subentendida. Ela desafia aqueles em posição de liderança que podem estar construindo o templo de Deus de maneira pobre uma vez que eles encorajam facções e não a unidade da igreja, esse é o tema de 1 Cor 3, não sobre os pecados individuais de cada membro da congregação, como Ladd quer nos levar a acreditar. É um desafio para que sejam cuidadosos, pois eles só escaparão às chamas do juízo de Deus como que pelo fogo, isso é “por um triz”.

O quadro é o de alguém correndo através de um edifício em chamas que ele mesmo havia construído para salvar sua vida. Nenhum líder da igreja responsável poderia descansar confortavelmente em vista de tal conceito. A intensidade do pensamento de Paulo e a fatalidade do julgamento chegam a seu clímax quando Paulo diz no verso que se segue imediatamente aos versos 12-15 que a igreja constitui o templo de Deus e se “alguém destruir o templo de Deus, Deus o destruirá” (3:16-17). Não há uma salvação incondicional aqui! Vamos tomar consciência disso. Aqueles que constroem pobremente poderão conseguir, mas os destruidores jamais conseguirão.

A visão de que o julgamento determina apenas graus (níveis) de bem aventurança espiritual falha por que está em conflito com um dos pilares do pensamento de Paulo. O correto significado das afirmações de Paulo acerca do julgamento é circundado de certa visão de justificação. A mera lógica humana é vista aqui operando sem levar em consideração toda a Escritura.

5. Em minha opinião a visão que melhor se explica por motivo de considerar todas as informações do pensamento de Paulo é a que vamos denominar de dinâmica, uma visão histórico-salvífica. Essa visão engloba dois pólos proeminentes em Paulo, o do “já” da salvação inaugurada, e do “ainda não” da salvação ainda não completada. O “já” e o “ainda não” de Deus são ambos operantes na história da salvação, e a experiência individual humana está conectada a essa história. A essência dessa visão é que há apenas uma justificação, e que ela acompanha aquele que crê a partir do momento em que ele aceita a fé (já) e todo o caminho até o juízo final, onde sua realidade e vitalidade serão testadas e atestadas pelos frutos (ainda não).

A Bíblia ensina que justificação corresponde às últimas coisas, pois traz a esperada sentença de absolvição no último julgamento até o presente. Interessantemente, contudo, de acordo com as Escrituras, as últimas coisas têm elas mesmas um começo e um fim. O princípio é: “aquele que começou boa obra em vós há de completá-la até o dia de Cristo Jesus” (Fl 1:6). Por essa razão, o testemunho das Escrituras é contradito quando a lógica humana conclui que uma vez que a justificação, uma realidade no presente através da fé, se refere às últimas coisas, então nada além pode ser exigido do crente no julgamento final. Apesar da bem aventurança da absolvição no julgamento futuro realmente se torna operante já agora, as Escrituras são claras em revelar que o que Deus quer ver no julgamento final é crentes justificados que através de sua graça produziram frutos para sua glória (Fl 1:9-11).

A nova história que Deus concede a cada crente não acaba quando ele vem a Cristo e é justificado; Esse é o início. No fim Deus pede a justificação com seus frutos, *não no*

sentido da fórmula “salvos pela fé e pelas obras”, mas no sentido que justificação é uma fonte para frutos santificados.

No julgamento final Cristo como Senhor e Salvador pode legitimamente pergunta para aqueles a quem justificou: “Foi você, pela força da minha graça, meu discípulo?” A realidade deveria responder: “Sim!”. Essa resposta não poderia ser dada quando primeiramente viemos a Jesus para sermos justificados por ele. O discipulado só pode começar quando alguém conhece a Jesus, o justificador, *mas ela* começa de fato quando o crente entrega completamente sua vida futura à soberania de Deus e seu já presente amor.

Do “já” até o “ainda não”

Para Paulo a consumação do plano de Deus chega quando a justificação, primeiramente revelada objetivamente na cruz e subjetivamente apropriada pela fé, segue seu curso e manifesta completamente seu objetivo através da santificação, e chega plenamente ao destino, a vida eterna. Essa é a ordem da salvação encontrada em Romanos 6:15-23 e resumida no verso 22: “Agora, porém, libertados do pecado, transformados em servos de Deus, tendes o vosso fruto para a santificação e, por fim, a vida eterna”.

O movimento da justificação até a vida eterna é um movimento do “já” até o “ainda não”. Mas por cada realidade em si, tanto justificação quanto vida, há também um aspecto presente (já) e um aspecto futuro (ainda não). A justificação de Deus já foi recebida; porém crentes ainda esperam por essa esperança (Gl 5:5). O que liga o que é com o que *será* é a fé que atua pelo amor (verso 6). Somente quando a fé do cristão atua por meio do amor é que pode o veredicto final ser: Justo! Assim como quanto à vida eterna, ela será um dia uma absoluta posse (Rm 5:21), mas isso é agora experimentado como antecipação. (Ver, por exemplo, Romanos 6:4, “andar em novidade de vida”, e 6:13, “como ressurretos dentre os mortos”). Santificação, maturidade de vida em Cristo, é uma ligação que faz conexão entre a vida como antecipação e vida como plena posse.

Na teologia “já” e “ainda não” de Paulo acerca do julgamento de acordo com obras é um cumprimento do aspecto “ainda não” da justificação pela fé. A graça, que acompanha o crente até o final, alcança seu objetivo na bondade, e é isso que o julgamento avalia em última estância. A identificação de Cristo como nosso Salvador é plenamente manifesta em sua posição de Senhor sobre nós. O julgamento pergunta: isso se tornou realidade? Falhar em levar em conta o julgamento de acordo com as obras é, em uma palavra, descartar o elemento “ainda não” na teologia de Paulo.

O que está sendo dito aqui é que últimos eventos não culminam na cruz e na recepção dos mesmos pela fé, mas começam na cruz. O que aconteceu na cruz e com aqueles que aceitam a cruz continua a desdobrar sua importância e aplicação através do ministério contínuo de Jesus até que a cruz alcance sua vitória final, e Cristo seja o Senhor de todos.

Sob o senhorio de Cristo

O julgamento de acordo com as obras ensina que a cruz, enquanto um evento salvífico, nos coloca sob o senhorio, ou reino de Cristo. Rejeitar o discipulado ou a caminhada em santificação, que de acordo com Romanos 6 é inseparável da justificação, é rejeitar a Cristo tanto como Senhor tanto como Salvador. O julgamento de acordo com as obras pergunta não simplesmente sobre obras isoladas, mas sobre a relação do crente para com Cristo na dualidade de sua identidade como Senhor e como Salvador.

Se Paulo fosse questionado para ilustrar seu ensinamento de justificação e julgamento com uma parábola, ele possivelmente escolheria o tipo de parábola representada pela estória do credor incompassivo (Mateus 18:23-35). Essa parábola representa muito bem o que Paulo ensina de fato. Como o credor incompassivo, os pecadores são primeiramente chamados a acertar contas com o Rei e são perdoados de um débito impagável. A justificação opera dessa forma. Contudo, quando aqueles que são perdoados, como os devedores foram e ainda se recusam a estender misericórdia aos outros, como aquele devedor recusou, eles são chamados a prestar contas ao Rei novamente e são sentenciados à prisão. Os perdoados serão agora penalizados (condenados). Isso está de acordo com o ensinamento de Paulo sobre julgamento de acordo com as obras.

Se for perguntado com base nessa parábola se as obras são a última instância da qual advém salvação ou perdição, a resposta é: Não! A base da salvação é a misericórdia do Rei. A falta de atitudes misericordiosas da parte do credor apenas confirmou que ele não tinha concepção do que realmente é a misericórdia e que ele tinha a rejeitado como princípio operante para a vida como um todo.

A misericórdia nunca pode ser apenas para alguém que a guarda como uma maneira de engrandecimento ao invés de um instrumento de cura. De fato, se Deus é o Rei, nosso Rei, não está claro que o caráter de sua lei deve caracterizar-nos? Isso não tem por objetivo nos salvar através de nossas obras, mas em permitir que a obra de Deus nos salve plenamente. Não somos salvos por sermos misericordiosos, mas a salvação de Deus torna as pessoas misericordiosas. “Pois somos feitura dele, criados em Cristo Jesus para boas obras, as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas.” (Efésios 2:10)

O que se perde nessa parábola é a graciosa misericórdia do Rei. Ao nos testar em termos de nossa misericórdia, é provado que a realidade última que define e que influencia todas as coisas, incluindo nós mesmos, é a misericórdia de Deus. Essa é a razão por que a resolução final do grande conflito é o testemunho universal de que Deus é amor.

Um ponto final nesta parábola e que representa o espírito e a teoria do pensamento de Paulo está na verdade paradoxal de que a misericórdia é para os misericordiosos. Diferente do ensino do judaísmo de que a misericórdia iria “desaparecer” no juízo final e somente a justiça permaneceria (ver 2 Esdras 7:23), Cristo ensinou que a misericórdia de Deus seria plenamente ativa (operante) no julgamento final. Mas ela funcionaria apenas para aqueles que demonstraram misericórdia aos outros em resposta à misericórdia de Deus.

Aqui surge a pergunta: “Se alguém demonstra misericórdia nessa vida, por que ele precisa de misericórdia? Na luz de Jesus Cristo a resposta só pode ser que enquanto o caráter do próprio Cristo possa ser imitado ou ser aproximado, o caráter infinito de sua perfeita bondade nunca pode ser igualado. Conseqüentemente duas coisas devem permanecer verdadeiras a respeito do julgamento. (1) o fruto santificado da justificação deve estar presente, mas (2) a própria justificação deve continuar com sua função perdoadora. A graça não se contradiz com os frutos, nem os frutos com a graça. No julgamento os dois elementos coexistem. “Sob o pouco foste *fiel*, sobre o *muito* te colocarei” (Mateus 25:23).

A conclusão de nossa discussão sobre a questão da segurança é dizer que se a justificação *garante* segurança, o julgamento a *mantém* (*resguarda*). A mantém longe da ilusão de que é possível ter segurança sem ter um relacionamento fundamental com Cristo, e um seguir compromissado para com o Senhor. Nossas obras não nos concedem

garantia (de salvação), mas Aquele a quem nós em resposta cheia de gratidão seguimos, garante. Assim a questão das obras e da segurança é a questão de Cristo. O crente sempre pode ter certeza da salvação se sua resposta a Cristo for um sim. Não há segurança quando dizemos não àquele que primeiramente disse sim a nós. Paulo ilustra esse ponto em sua exposição de 1 Cor 10:1-13. Tudo estava bem com Israel (e estará bem com a igreja, o antítipo de Israel) enquanto seguiu à Rocha, que era Cristo. Mas quando desejaram as coisas más eles foram destruídos pelo destruidor.

O julgamento sobre o Israel espiritualmente privilegiado prova que aqueles que pensam estar em pé, aqueles que estão certos de sua salvação enquanto separados de qualquer preocupação sobre o que seja a vontade de Deus, deveriam prestar atenção para que não caiam (verso 12). Mas ninguém precisa cair, pois Deus sempre provê um escape junto com a tentação (verso 13). Por essa razão é que os crentes têm a segurança da filiação somente enquanto pessoas que são tentadas. O ensino bíblico sobre o julgamento nos lembra disso e nos dá um fundamento coerente para uma verdadeira segurança baseada em nossa aceitação de Cristo.

“The Gospel and the Judgment,” *Evangelica*, February, 1981, pp. 7-9. (itálico fornecido)

Cristo – Senhor e Salvador

Salvação compreende tanto o dom de Deus quanto sua vontade em nossas vidas.

Resumo do artigo anterior

Um após os outros, os estudantes da Bíblia têm oferecido fórmulas designadas a reconciliar os ensinamentos sobre justificação pela fé e sobre o julgamento de acordo com as obras. Ambas as realidades são ensinadas, especialmente nos escritos de Paulo.

Seria a ideia de um julgamento um vestígio da educação judaica de Paulo, ou a ameaça de julgamento por vir seria uma manobra da parte de Deus para conduzir pessoas a justificação? Alguns crêem que a justificação é o começo da experiência cristã, mas quando o julgamento chegar a vida do crente estará em tal harmonia com a vontade de Deus a ponto de o crente ser considerado imaculado. Para outros, o julgamento não diz respeito à salvação ou à perdição, mas é realmente uma distribuição de recompensas entre o povo de Deus.

No entanto, os centros de compreensão mais satisfatórios sobre os dois pólos da doutrina Paulina são a justificação que já é nossa e o "ainda não." A justiça de Deus já foi recebida, mas de certa maneira os crentes ainda a aguardam em esperança (Gal.5: 5). O elemento de sustentação enquanto os cristãos aguardam é a segurança estabelecida sobre um firme fundamento ou adesão a Cristo.—EDITORES

Nós devemos agora desenvolver um elemento mencionado previamente. A relação entre justificação e julgamento pode ser vista melhor colocando-a numa determinada discussão sobre a relação entre Cristo como Salvador e Cristo como Senhor, entre o dom de Deus e a vontade de Deus.

Jesus disse certa vez: “o que Deus juntou não separe o homem” (Mt 19:6). Enquanto o contexto aqui é uma discussão sobre o casamento, a substância dessa afirmação parece apropriada em relação à salvação.

Na esfera da graça redentora de Deus, o dom de Deus e sua vontade estão inseparavelmente conectadas. O mais que exaltamos seu dom para nós, mais magnificamos sua vontade sobre nós. O mais radicalmente que alguém perceba e receba o amor de Deus, o mais radicalmente é criada uma nova ética de amor, e uma nova vida de discipulado e serviço.

Ninguém pode mais facilmente separar o dom de Deus da vontade de Deus quanto pode dividir a Cristo como Salvador e como Senhor. A confissão de que Cristo é Salvador e Senhor pertence à própria essência do cristianismo no Novo Testamento. Ninguém poder ter Cristo somente como Salvador ou somente como Senhor. Cristo vem a nós como ambos. Há a mais íntima ligação entre as duas realidades.

A identidade de Cristo como Salvador é revelada em particular na cruz, onde o amor de Cristo já manifesto durante sua vida terrena recebe sua expressão máxima. Mas é na cruz que sua identidade como Senhor também é revelada. Seu senhorio é estabelecido precisamente através de seu amor. O senhorio de Cristo é a regra de seu amor.

Muitas pessoas têm medo da idéia do “senhorio”. O conceito parece sugerir a eles o pensamento de uma dura, opressiva, e talvez arbitrária autoridade. Mas essa não é a pintura de Cristo no Novo Testamento. Cristo somente pode ser entendido sendo Senhor à luz do fato de que Ele é o Salvador. Como Senhor, Cristo reina a partir da cruz. O amor abnegado de Cristo revelado em sua vida e morte é o próprio centro de seu reino relativamente a nós. Não há outro princípio em seu reinado diferente dos princípios manifestados na cruz. Falar de seu senhorio é apenas dizer que seu amor sacrificial é designado a prevalecer em toda terra. Como Senhor ele nos pede nossa vida inteira para seu amor.

Com a indivisível identidade de Cristo como Senhor e Salvador em mente, nós podemos prontamente ver que há uma conexão interna entre o que Cristo nos dá e o que Ele pede de nós:

Ele vem a nós em amor - na sua luz e na sua força Ele pede que sejamos amáveis.

Ele vem a nós em misericórdia – na sua alegria e no seu poder Ele pede que sejamos misericordiosos.

Ele vem a nós em perdão – Ele pede que nós sejamos perdoadores.

Ele vem a nós em bondade – Ele pede que sejamos bondosos.

Ele vem a nós com gentileza – Ele pede que sejamos gentis.

Ele vem a nós em sacrifício – Ele pede que vivamos sacrificialmente.

Ele vem a nós como nosso servo – Ele pede que sejamos servos.

Tudo o que cristão deve fazer é revelado em Jesus, e é um produto do que Cristo fez por ele. O dom de Deus é tanto o *conteúdo* que expressa a sua vontade quanto a *força* para realizá-la.

Há um número de textos que baseiam o que os crentes devem fazer no dom, na força e no exemplo do que Cristo tem feito por eles. Por exemplo:

“Amem uns aos outros... como eu vos amei” João 13:34.

“Maridos amai as vossas mulheres, como Cristo amou a igreja e se entregou por ela” Efésios 5:25.

“Perdoando uns aos outros assim como Cristo nos perdoou” Efésios 4:32.

“Rogo-vos, pois, irmãos, pelas misericórdias de Deus [a graça sacrificial de Deus descrita nos capítulos 1-11], que apresenteis o vosso corpo por sacrifício vivo, santo e agradável a Deus, que é o vosso culto racional”. Romanos 12:1.

“Assim como recebestes a Cristo como Senhor, assim andai nele” Colossenses 2:6

“Se nós recebemos vida através do Espírito, vivamos de acordo com o Espírito” Gálatas 5:25.†

“Porque, se vivemos, para o Senhor vivemos; se morremos, para o Senhor morremos. Quer, pois, vivamos ou morramos, somos do Senhor. Foi precisamente para esse fim que Cristo morreu e ressurgiu: para ser Senhor tanto de mortos como de vivos”. Romanos 14:8-9.

“Pois o amor de Cristo nos constrange, julgando nós isto: um morreu por todos; logo, todos morreram. E ele morreu por todos, para que os que vivem não vivam mais para si mesmos, mas para aquele que por eles morreu e ressuscitou” 2 Coríntios 5:14-15.

“Se, por causa de comida, o teu irmão se entristece, já não andas segundo o amor fraternal. Por causa da tua comida, não faças perecer aquele a favor de quem Cristo morreu” Romanos 14:15.

“Portanto, cada um de nós agrade ao próximo no que é bom para edificação. Porque também Cristo não se agradou a si mesmo; antes, como está escrito: As injúrias dos que te ultrajavam caíram sobre mim” Romanos 15:2-3.

Filipenses 2:5-11 (a humildade e serviço de Cristo) em relação à Filipenses 2:1-4 (o chamado da igreja para a humildade e para o serviço).

Esses textos e outros como ele tornam claro que na atitude de auto-entrega de Cristo nossa redenção foi consumada, mas deixam claro também que em nossa auto-entrega é que nosso discipulado é revelado. Ver e aceitar o que Cristo tem feito por nós é saber o que ele deseja fazer através de nós.

Viver em harmonia com a vontade de Deus, como consequência da realidade do Dom de Deus, não significa que alguém se salve pelas obras. Significa antes aceitar o messias verdadeiramente e estar sendo moldado pela libertação provida pelo Senhor. Não viver de acordo com sua vontade significa rejeitar o messias e seu Reino e as regras que Ele estabeleceu. Como Cristo pode ser *nosso Rei* se nós não somos *seus servos*?

Completa segurança necessária

Nesse ponto vamos considerar um ponto além a respeito da segurança. Sem a plena segurança de que Deus nos perdoa e nos ama possivelmente seja impossível viver em harmonia com Cristo e com sua vontade. Se nós não entendermos plenamente nossa aceitação por parte de Deus não poderemos nos libertar da preocupação e ansiedade sobre termos de ser suficientes por nós mesmos e sermos interessados pelos outros e termos tempos de nos concentrar neles. Além disso, sem essa segurança pessoal não teremos a compreensão ou a força para aceitar plenamente os outros. Como eu posso entender o que seja aceitação e realmente aceitar aos outros se eu não conheço o que seja a aceitação de Cristo por mim?

O que nós recebemos de Cristo determina e molda o que nós fazemos para Cristo. O dom de Cristo só pode ser propagado somente quando ele já foi experimentado. 1 João 1:1-3 é relevante nesse sentido: “O que era desde o princípio, o que temos ouvido, o que temos visto com os nossos próprios olhos, o que contemplamos, e as nossas mãos apalparam, com respeito ao Verbo da vida (e a vida se manifestou, e nós a temos visto, e dela damos testemunho, e vo-la anunciamos, a vida eterna, a qual estava com o Pai e nos foi manifestada), o que temos visto e ouvido anunciamos também a vós outros...”.

De acordo com o Novo Testamento, o evento que garante nossa absolvição também garante nossa renovação. O perdão é ligado a uma nova criação (a uma renovação).

Eu me lembro de um telefonema que recebi depois de pregar um sermão que lidava com o perdão e a nova criação. A pessoa me disse: “Durante a primeira metade do seu sermão eu pensei, lá vamos nós mais uma vez. Apenas mais um sermão sobre o perdão.

Mas quando você chegou a segunda parte, sobre sermos recriados (renovados), então você estava realmente pregando o evangelho!” Eu apreciei o fato de que alguém tirou tempo para ligar para mim e falar a respeito do sermão. Mas de alguma forma eu senti que o ponto principal havia se perdido.

O que eu estava tentando dizer é que a *recriação* nasce do *perdão*. Sem o perdão a renovação é impossível, e sem renovação o perdão se torna algo truncado, não efetivo e mal entendido.

Ellen White colocou bem a questão em duas declarações sobre o perdão, escritos sob diferentes perspectivas, elas estão unidas na visão que oferecem do que a salvação em Cristo inclui:

“A religião de Cristo *significa mais que o perdão dos pecados*, significa remover nossos pecados e encher o vácuo com as graças do Espírito Santo. Significa iluminação divina e regozijo em Deus. Significa um coração despojado do próprio eu e abençoado pela presença de Cristo. Quando Cristo reina na alma há pureza e libertação do pecado. A glória, a plenitude, a perfeição do plano do evangelho são cumpridas na vida. A aceitação do Salvador traz paz perfeita, perfeito amor, segurança perfeita. A beleza e fragrância do caráter de Cristo manifestadas na vida testificam de que em verdade Deus enviou Seu Filho ao mundo para o salvar”. *Parábolas de Jesus*, 420. (itálico fornecido.)

“O *perdão, porém, tem sentido mais amplo* do que muitos supõem. Dando a promessa de que perdoará "abundantemente", Deus acrescenta, como se o significado dessa promessa excedesse a tudo que pudéssemos compreender: “Os Meus pensamentos não são os vossos pensamentos, nem os vossos caminhos, os Meus caminhos, diz o Senhor. Porque, assim como os céus são mais altos do que a Terra, assim são os Meus caminhos mais altos do que os vossos caminhos, e os Meus pensamentos, mais altos do que os vossos pensamentos.” Isa. 55:8 e 9. O perdão de Deus não é meramente um ato judicial pelo qual Ele nos livra da condenação. É não somente perdão pelo pecado, mas livramento do pecado. É o transbordamento de amor redentor que transforma o coração. *Davi tinha a verdadeira concepção do perdão ao orar*: “Cria em mim, ó Deus, um coração puro e renova em mim um espírito reto.” Sal. 51:10. E noutro lugar ele diz: “Quanto está longe o Oriente do Ocidente, assim afasta de nós as nossas transgressões.” Sal. 103:12” *O maior discurso de Cristo*, 112. (itálico fornecido.)

Relevante para a discussão do dom e da vontade de Deus é a atitude de Paulo para com, e seus argumentos contra, duas classes de pessoas que falsificavam o evangelho. Paulo ameaçou ambas as classes com condenação. A primeira classe sentia que suas obras da lei poderiam contribuir para sua justificação, e a segunda raciocinava que o justificado poderia ou iria continuar com suas obras de pecado.

A primeira classe é descrita na carta aos Gálatas. Eles são aqueles que se separariam de Cristo ao tentar adicionar a Ele as suas obras. De acordo com Paulo, justificação pelas obras em qualquer sentido sentença ao fim a justificação pela graça em todo sentido. “Se a justificação é pelas obras”, argumentou Paulo, “então Cristo morreu em vão” (Gálatas 2:21). A inferência é plena: Desde que Cristo morreu por um propósito redentivo, aqueles que querem ser justificados pelas obras da lei estão separados de Cristo e caídos da graça (5:4). Contra aqueles que alteravam o evangelho da plena suficiência de Cristo, Paulo lança um anátema (1:8-9).

Há outro grupo que cai sobre a ira do apóstolo. Eles são aqueles que afirmam que a doutrina da justificação do ímpio pela fé a parte das obras da lei, pregada por Paulo, somente conduz a uma vida de pecado. Se a graça superabunda onde o pecado abundou, como Paulo diz, então continuar pecado é bom, pois dá a Deus a chance de trabalhar (se revelar)! Essa objeção é refletida em Romanos 6:1-2, onde Paulo diz: “Que diremos,

pois? Permaneceremos no pecado, para que seja a graça mais abundante? De modo nenhum!” Paulo era especialmente sensível a essa objeção. Em Romanos 3:8 ele condena tal visão com grande seriedade: “E por que não dizemos, como alguns, caluniosamente, afirmam que o fazemos: Praticemos males para que venham bens? A condenação destes é justa”.

Como Romanos 6 mostra, enquanto Paulo ensina a justificação dos *pecadores*, ele não ensina a justificação da *pecaminosidade*. Longe disso, ele mostra que o crente é unido a Cristo em sua morte e em sua ressurreição (versos 3-8). Portanto, assim como Cristo morreu para o pecado e adiante vive para Deus (verso 10), assim também acontece com a pessoa unida a Cristo através do batismo.

Perdão real leva à liberdade

É difícil ver como tal objeção como essa referida a partir de Romanos 6 poderia ter surgido. Certamente a consideração da bondade radical de Deus para conosco é a fundação da nova ética e não sua destruição. Podemos ser verdadeiramente perdoados e então prosseguir machucando indiscriminadamente? Não é verdade ao contrário que o real perdão conduz à real liberdade não apenas da penalidade do pecado mas de seu poder?

É claro e triste que por detrás da objeção que a graça inspira pecado mais do que inspira serviço esteja alguém que por sua própria pergunta “devemos continuar pecando para que a graça seja mais abundante?” demonstra ter uma relação incorreta com o evangelho. A objeção visa alguém que afirma sua aceitação da graça, mas para esse alguém a graça não significa o poder definitivo de sua vida, o poder que define e dá substância a sua vida inteira. Tal posição coloca a graça meramente nos perímetros da vida e faz do cristianismo um representante de uma ficção legal, nominalmente o perdão dos criminosos que continuam em sua criminalidade como seu padrão de vida habitual (essa era a acusação contra a teologia de Paulo).

Essa visão não é meramente a redução do cristianismo somente a mensagem do perdão, mas é a redução do perdão a um ato desassociado do elemento criativo, desassociado do poder de renovar. Perdão, que é o significado essencial de justificação (ver Romanos 4:6-8), vem a significar somente a liberdade em relação às penas, e não uma positiva reconciliação com Deus e compromisso e serviço a Ele. Uma nova orientação na vida, e um novo princípio de vida, nesta visão o evangelho provê um caminho para se estender a vida quantitativamente no mundo eterno, mas não um caminho para vivermos novas vidas qualitativamente já no mundo presente.

Alguém que atribui esse tipo de posição a Paulo ou a defende por si mesmo transpõe as categorias de pecado e graça numa experiência pessoal de tal modo como se o pecado não fosse fundamentalmente derrotado pela graça na história da salvação como Romanos 5:12 e os versos seguintes afirmam que foi. De acordo com essa passagem, o pecado entrou no mundo através de Adão, e foi tão forte que nem mesmo a revelação da Santa Lei de Deus no Sinai o pôde deter. Antes o problema ao invés de ser resolvido foi agravado, e o pecado se multiplicou como transgressão (verso 20). Mas o que a Lei não conseguiu fazer, por que ela estava enferma pela carne, Deus fez através de Jesus Cristo (8:3). Por sua obediência, em contraste com a desobediência de Adão, ele conquistou vitória contra o pecado.

O cristão é chamado a participar nessa vitória de Cristo na história da salvação, em sua vida, morte e ressurreição, não para criar em sua experiência novamente as condições que fizeram (possibilitaram) da vitória de Cristo uma necessidade. Permitir o

reinado do pecado na realidade para *que venha a graça é*, para Paulo, rejeitar o que Deus em sua graça *fez em Cristo* na história.

A pessoa que levanta essa objeção não entende a soberania da graça, tanto tornando possível uma nova moralidade, ou mesmo tornando a necessária. A graça não é vista como a vontade radical de Deus para o crente como um todo. Alguma coisa bloqueia a passagem para esse reconhecimento, pois alguém poderia corretamente pensar que aquele que é muito perdoado muito ama em retorno (Lucas 7:42, 47), e que ele tentaria servir e agradecer ao que o perdoou.

Está claro que, de um ponto de vista paulino, que nós temos aqui (na objeção levantada) uma compreensão barata de graça na qual não temos nenhum chamado para o discipulado. Dietrich Bonhoeffer está certo quando ele diz que “o único homem que tem o direito de dizer que é justificado somente pela graça é o homem que deixou tudo para seguir a Cristo” (*O custo do discipulado*, 43).

Na verdade, a respeito da realidade do discipulado, é um dom ou um chamado, uma manifestação da vontade de Deus, quando, por exemplo, Cristo diz a Mateus: “Segue-me”? Não é isso tanto um dom quando expressa a vontade de Deus? Não é o chamado do salvador “graça”? E pode essa graça ser recebida verdadeiramente se não seguirmos ao Salvador? Da mesma forma quando Paulo fala do “fruto do Espírito” (Gálatas 5:22), ele está se referindo a um dom, ou ao que Deus pede de nós? Certamente o fruto do Espírito é tanto dom quando expressão do que Deus pede e quer.

Em resposta àqueles que acusam ou abusam da graça de Deus, Paulo protesta em Romanos 6:2 e 15 “De modo nenhum!”. Esse “de jeito nenhum” encontra seu significado completo em Romanos 6 no fato que assim como Paulo demonstrou no capítulo prévio de Romanos que a justiça de Deus concede graça e vida ao crente, agora ele vai mostrar que a graça produz claramente justiça e um novo jeito de viver. Se o pecado humano requer a justificação que vem de Deus, essa justificação requer obediência humana ao Senhor, com quem participamos na morte e na ressurreição. Em contraste com a idéia do “vamos continuar em pecado” (verso 1), Paulo diz, “não reine o pecado em vossos corpos mortais” (verso 12).

Paulo mostra que é precisamente a pessoa justificada pela fé (graça), a parte das obras da lei, que morre para o pecado para viver para Deus. De acordo com Romanos 6:2 “como podemos nós que morremos para o pecado viver nele?”. Esse morrer para o pecado não é um segundo estágio alcançado depois da justificação, mas é uma realidade coerente (e presente) com a justificação em si.

O que significa esse “morrer para o pecado” para Paulo? Ele significava, em resumo, mudança de senhorio, previamente o pecado tinha sido o senhor, e agora Cristo o é. Ter um novo Senhor é ser libertado do antigo senhor (esse é o dom) e ser alistado no serviço contínuo do novo Senhor (essa é a vontade de Deus).

Longe de essa experiência ser um estado imutável (estático) de impecaminosidade, Paulo diz que sob o novo senhorio de Cristo, o cristão faz guerra contra o pecado (versos 12 e 13), o velho senhor de sua vida. É precisamente por que as algemas do pecado são tiradas que ele é livre para lutar, e é por que o pecado continua a ser um desafio que a luta é necessária.

A lei do Cristo ressurreto

O desafio em Romanos 6:12 de não deixar o pecado reinar significa que a vitória adquirida pelo dom de Cristo é a liberdade que deve ser usada na causa de Cristo. Obedecer a Cristo como Senhor é uma parte do receber a Cristo como Salvador. O

Cristo ressurreto reine desde a cruz sobre todos aqueles que foram batizados em sua morte.

Em uma palavra, de acordo com Romanos 6, morte para o pecado significa liberdade da soberania do pecado tanto quanto resistência às solitações do pecado. É a libertação do pecado como o que nos governa, assim como é lutar contra o pecado como nosso inimigo.

Relativamente ao julgamento, a relevância de tudo que discutido nessa seção pode ser resumido da seguinte forma. Ao olhar as obras como o fruto da fé, o julgamento testifica a realidade da salvação. O julgamento de acordo com as obras em relação à justificação pela fé expressa a inteireza da unidade de Cristo como Salvador e como Senhor, entre o dom de Deus e a vontade de Deus, entre liberdade da autoridade do pecado e guerra contra os apelos do pecado.

Quando alguém vê a natureza da conexão existente entre essas relações, pode ser dito do julgamento como relacionado à justificação de tal forma que não o faça em termos de antítese ou contradição, mas de complementaridade e cumprimento. Rejeitar o julgamento de acordo com as obras, então, seria rejeitar a totalidade da intenção redentora de Deus, o Cristo da cruz ao encontrar uma pessoa nunca a deixa onde ela se encontra. O Cristo da cruz sempre diz a quem ele justifica: “pegue sua cruz e siga-me”. O julgamento testa e testifica essa realidade.

†Traduzido pelo autor

O julgamento pré-advento e o julgamento de João

Como Salvador e Senhor, Cristo julgou (condenou) o pecado na cruz, justifica o pecador pela fé, e julga o justificado pelas obras.

Resumo do artigo anterior

Ao reconhecer a salvação como um dom de Deus, abandonamos a idéia de que Cristo deve reinar como soberano sobre nós em nossa vida terrena? Fazer tal coisa seria distorcer o intento de Paulo, que ao enfatizar a primeira realidade não nega a segunda.

O ato salvador de Deus é ao mesmo tempo um dom como uma manifestação do que é a vontade de Deus sobre nossas vidas. Jesus é tanto Salvador como Senhor em dimensões que envolvem não apenas a eternidade, mas envolvem a vida presente da mesma forma. De nenhuma forma estamos tratando de uma questão: graça à qual adicionamos obras. Ambas surgem de Deus como uma unidade indivisível. Perdão e renovação não são lados complementares de um só pacote. Dietrich Bonkeffer está certo quando diz: “o único homem que tem o direito de dizer que é justificado somente pela graça é o homem que deixou tudo para seguir a Cristo” (*O custo do discipulado*, 43.—EDITORES).

Os adventistas do sétimo dia acreditam que a Bíblia ensina um processo de julgamento que ocorre antes da volta de Jesus Cristo. Tradicionalmente este juízo tem sido conhecido como o juízo investigativo. Qual é o significado desse juízo pré-advento? Ele está em conflito com o ensino escriturístico sobre justificação pela fé e de julgamento de acordo com as obras? Será que ele tira a certeza da salvação que é trazida pela justificação? Os críticos do adventismo dizem que sim! Em algum tempo, apresentações inadequadas do juízo investigativo podem ter sugerido que tal “sim” fosse um fato garantido!

É minha opinião, contudo, que o juízo investigativo, corretamente entendido, está em plena harmonia com a justificação pela fé e com o julgamento pelas obras. Ele agrega em si mesmo os elementos desses dois ensinamentos fundamentais.

Um entendimento correto do juízo investigativo não o verá como um evento independente, algo separado do fluir da história da salvação, pois isso faria dele uma nova forma (trilha) de salvação. Tal coisa seria um grave erro. Antes, o juízo investigativo pode ser propriamente entendido somente quando ele é visto em relação ao juízo final de um lado, e de outro lado à condenação do pecado na cruz que conduz à justificação do pecador pela fé.

Alguns têm desejado afirmar que na descrição do juízo investigativo no livro: *o grande conflito* (479 a 491), Ellen White mal usou a Bíblia por ter usado textos que falam do juízo final ao juízo investigativo. Uma diferente e melhor interpretação é possível. Ellen White usa textos do juízo final por que em seu pensamento (e no pensamento da igreja adventista do sétimo dia), o *juízo investigativo é uma parte integral do juízo final*.

Duas considerações importantes dão suporte a essa visão. Primeira, os pioneiros adventistas, inclusive Ellen White, previram a volta de Jesus como muito próxima. O fim do juízo investigativo e o aparecimento de nosso Salvador com seu galardão estavam no horizonte. Em tal situação era impossível separar juízo investigativo de juízo final, com sua divina recompensa, que aconteceria na vinda de Cristo. De fato, o período do juízo investigativo era um tempo de especial preparação para se encontrar com Cristo em paz e encarar a execução de sua justa decisão. Eles acreditavam na mais íntima continuidade entre a abertura dos livros e a entrega da decisão no julgamento pré-advento e da execução da decisão, para salvação ou perdição (bem ou mal), no julgamento no advento. Era tudo parte da sinfonia do julgamento, e o final então aconteceria.

Em segundo lugar, o juízo investigativo e o juízo final lidam com uma questão básica comum a ambos. Está a vida do crente sendo vivida em contínua fé, arrependimento, confissão, e serviço obediente em amor? Esses termos resumem as muitas expressões que Ellen White usou em seu capítulo sobre o juízo investigativo no *grande conflito* para descrever o que Deus espera ver na vida daqueles que professaram ser justificados. Eles são os mesmos em essência àqueles nos quais as Escrituras representam as expectativas do Divino juiz quanto ao juízo final. Os dois juízos (investigativo e final) são apenas um juízo na realidade, mas esse um juízo tem duas fases.

Mas há outro elemento considerado no juízo investigativo (um elemento primário) e ele corresponde à realidade da manifestação de Deus e de sua justiça na cruz (Romanos 3:21, 24, 25) e sua justificação do pecador pela fé (3:22, 25, 26).

De acordo com o pensamento adventista, quando o pecador arrependido vem a Cristo e confessa sua fé no sacrifício expiatório do Salvador, o perdão é registrado próximo ao seu nome nos registros celestiais (*grande conflito*, 483). Quando os livros são abertos no julgamento esse registro de perdão pode ser visto. Plenamente o juízo investigativo não trata meramente com os pecados da humanidade, mas com o perdão que há em Jesus Cristo.

Conseqüentemente, quando todo o pacote é colocado junto, e justificação pela fé e o julgamento futuro de acordo com as obras são vistos como o conteúdo do juízo investigativo, pode ser afirmado que há duas perguntas que esse juízo responde. Primeiro, o pecador procurou e recebeu o perdão dos pecados através de Cristo? Segundo, esse arrependimento e perdão resultaram em bons frutos na sua vida?

Para expandir o combinado conteúdo e efeito dessas duas questões tão fundamentalmente pertinentes no contexto do juízo investigativo, as perguntas que se seguem podem ser feitas de forma direta, detalhando as preocupações concernentes aos crentes nesse juízo. Cristo foi seu Salvador e Senhor? O que você fez com a cruz de Cristo e a graça ali revelada? Você confirmou a cruz por toda a sua existência ou por uma parte dela? Quando o Cristo crucificado veio a você com seu dom e com sua vontade (revelada), você se submeteu e ele e o seguiu, levando a sua cruz, ou você seguiu seu próprio caminho, o mesmo caminho que você tinha antes de conhecê-lo? Você deixou seus pensamentos e atitudes serem levados cativos a Cristo? Ou você (Deus te livre) se separou de sua graça ao negar através de sua vida aquilo que você professou com seus lábios? A sua libertação da condenação da Lei de Deus te guiou a uma nova fidelidade àquela Lei na força da graça de Cristo? O perdão e amor de Cristo por você se tornaram a base de seu perdão e amor relativamente aos outros?

Somente quando a resposta a tais perguntas for um SIM fundamental é que a final revelação da graça e misericórdia e do perdão de Deus pode ser dada aos crentes, de acordo com as palavras de Cristo: “Perdoa-nos as nossas dívidas (no julgamento futuro) assim como nós perdoamos os nossos devedores (neste mundo)” Mateus 6:12.*

Se tal abordagem de Deus em relação ao homem no juízo investigativo tira a certeza da salvação, como alguns têm alegado, então o mesmo pode ser dito a respeito do juízo final. Alguém dificilmente pode professar se agarrar à visão bíblica do juízo final e então levantar objeção ao aparecimento desses mesmos temas no juízo investigativo. Uma pessoa não pode coerentemente (justamente) sustentar que as coisas que Deus pede (quer) de nós não são contrárias à segurança do crente no juízo final, mas são contrárias à segurança do crente no juízo investigativo. O único meio que isso poderia ser feito é vendo o juízo final nos termos da teologia do “uma vez salvo, salvo para sempre”. Tal teologia e a segurança automática que ela traz obviamente seriam contrárias ao juízo investigativo e ao tipo de segurança que ele apóia (uma segurança real e que surge de uma contínua adesão a Cristo).

Contudo as passagens bíblicas sobre o julgamento, tais como as mencionadas anteriormente em todo o texto tornam abundantemente evidente que a teologia do “uma vez salvo, salvo para sempre” é indefensável. Se isso é assim, então a verdadeira natureza da segurança surge com toda força pra todos que confessam que “Todos devem aparecer perante o tribunal de Cristo, para que cada um receba bem ou mal, de acordo com o que foi feito por meio do corpo” (2 Cor 5:10).

Se dissermos que o chamado do juízo investigativo à perfeição impede a segurança do crente, então é importante lembrar que a Escritura faz o mesmo chamado. 1 Tessalonicenses 3:13 e 5:23 são suficientes para ilustrar esse ponto. Mas os crentes podem se regozijar que não importa quão grande a severidade do chamado de Deus possa ser, “Aquele que vos chamou é fiel, o qual também o fará” (5:24). E, os crentes podem “dar graças ao Senhor, por que Ele é bom, e a sua misericórdia dura para sempre” (Salmo 106:1)

O relacionamento do juízo investigativo e o dia do juízo final deve ser representado em sua totalidade neste sentido. Por um lado o juízo investigativo ratifica e confirma a justificação comprada por Cristo na cruz e recebida pelos crentes através da fé. Por outro lado o juízo investigativo inaugura o juízo final que é consumado quando Jesus Cristo vem pela segunda vez e depois novamente após os mil anos. A fase inicial do julgamento expõe a verdadeira relação dos crentes para com Cristo, e a parte final recompensa os crentes de acordo com a verdadeira natureza de seu serviço por Cristo.

Propósito do juízo investigativo

Quando os adventistas do sétimo dia falam do juízo investigativo isso não deveria ser entendido como significando que Deus esteja procurando informações das quais Ele não disponha. Mesmo por que Deus é o Autor dos livros abertos em seu julgamento. Os livros não têm função de dar a Deus conhecimentos que Ele ainda não tenha, mas tratam de conhecimento antigo que Deus agora vai expor. Então o propósito do juízo investigativo em relação a Deus não é descobrir a realidade, mas em desmascará-la, não é encontrar a verdade, mas revelar a verdade.

Como resultado desse processo de exposição e de descortinização, o redimido clama:

Grandes e admiráveis são as tuas obras,
Senhor Deus, Todo-Poderoso!

Justos e verdadeiros são os teus caminhos, ó Rei das nações!

Quem não temerá e não glorificará o teu nome, ó Senhor?

Pois só tu és santo;

por isso, todas as nações virão e adorarão diante de ti,

porque os teus atos de justiça se fizeram manifestos. (Apocalipse 15:3-4)

Como Paulo escreve: “Ó profundidade da riqueza, tanto da sabedoria como do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos, e quão inescrutáveis, os seus caminhos! Quem, pois, conheceu a mente do Senhor? Ou quem foi o seu conselheiro? Ou quem primeiro deu a ele para que lhe venha a ser restituído? Porque dele, e por meio dele, e para ele são todas as coisas. A ele, pois, a glória eternamente. Amém!” (Romanos 11:33-36)

Será útil agora tornar a certos aspectos dos ensinamentos de João sobre o julgamento. Seus ensinamentos têm sido usados às vezes para fazer pouco caso ou de nenhum efeito o ensino geral do Novo Testamento no juízo porvir e os assuntos envolvidos nesse juízo.

O fato é que de acordo com João, a cruz é o julgamento sobre o pecado (João 12:31-32; 16:33) e o julgamento do crente, tanto como do descrente, está no passado. Isso dependeria da aceitação ou rejeição da luz que Cristo traz (Jo 3:18-21) e essas verdades deveriam ser gratamente reconhecidas. Eles contribuem significativamente para o entendimento geral do julgamento no Novo Testamento.

Contudo, essas verdades joaninas não devem ser colocadas acima do que Paulo e todo o resto do Novo Testamento claramente ensinam, isso é, que o dia do julgamento do mundo ainda está por vir, e que mesmo os crentes serão chamados para acertar contas com o Rei. Em outras palavras, o julgamento no passado descrito em João não deveria ser usado para negar o julgamento futuro em outros lugares da bíblia.

Contudo, falar dessa forma é falar de forma muito simples, pois não é fato que o julgamento em João é só um fato passado, e que nos outros lugares é sempre um fato futuro. Paulo, por exemplo, ensina tanto um julgamento no passado tanto quanto a um julgamento futuro. Isso é explicitamente ensinado em Romanos 8:3, onde ele diz que Deus enviou seu filho e “condenou o pecado na carne”. Essa é também a óbvia implicação da justificação pela fé. Justificação pela fé significa que o veredicto do julgamento futuro se moveu até o presente, iniciando a existência cristã (mas sem com isso negar o julgamento futuro de acordo com as obras, como vimos previamente).

João, por outro lado, pode falar de um julgamento futuro tanto quando de um presente. De acordo com João 12:48 “Quem me rejeita e não recebe as minhas palavras tem quem o julgue; a própria palavra que tenho proferido, essa o julgará no último dia”. João 5:29 fala daqueles que serão ressuscitados para a “ressurreição do juízo”. Em 1

João 4:17 nós lemos a respeito do cristão “confiante no dia do juízo”. Vemos que tanto Paulo quanto João tinham uma teologia “já/ainda não”. Mas nos ensinamentos de Paulo o “ainda não” do julgamento envolve os crentes, e isso pode levar a um resultado negativo se Cristo não tiver sido honrado no corpo. Como é isso com João? Os crentes entram em juízo no juízo futuro, especialmente um juízo com a possibilidade de um resultado negativo?

Alguns têm respondido essa pergunta com um enfático NÃO, baseando sua resposta particular em João 5:24 onde Jesus disse: “Em verdade, em verdade vos digo: quem ouve a minha palavra e crê naquele que me enviou tem a vida eterna, não entra em juízo, mas passou da morte para a vida”. Enquanto esse texto contenha a maravilhosa notícia de um movimento já realizado da morte para a vida eterna da parte daqueles que ouvem e acreditam nas palavras de Jesus, seria errado usar esse texto para ensinar que João pensava que os crentes não tinham relação com o julgamento futuro.

1. O texto não diz necessariamente que crentes não vão a julgamento em nenhum sentido. O substantivo grego para julgamento aqui algumas vezes tem sentido de condenação (Jo 3:19/5:29; veja o mesmo uso do verbo grego em 3:17-18; compare com Atos 13:27; Romanos 14:22 e 2 Tessalonicenses 2:12).

“Uma vez que juízo é o oposto de vida eterna em João 5:24, o texto deve estar dizendo que o crente não entra em um juízo de condenação, isto é, um juízo que resulta em condenação. Como pode o crente evitar tal juízo? Isto suscita um segundo ponto.”

2. O que torna possível para o crente escapar de um julgamento de condenação e tomar posse da vida eterna é que ele ouve e crê na palavra de Jesus. As palavras gregas para ouvir e crer estão no presente, porém elas se referem a uma ação contínua e não meramente a alguém que simplesmente ouviu e creu no passado.

É por continuamente ouvir e crer que alguém continuamente tem a vida eterna e evita o julgamento da condenação que vem sobre aqueles que fizeram o mal (Jo 5:29). Negar uma realidade (ouvir e crer) é necessariamente negar a outra realidade (ter a vida eterna e evitar a condenação no juízo). Depois de tudo, João 3:18 não ensina que aqueles que *crê* em Cristo não é condenado mas que aquele que não *crê* em Cristo já está condenado? A presença do “já” na segunda metade deste verso não restringe o significado deste verso ao passado. Se uma pessoa deixa de crer – em nenhum lugar João nega essa possibilidade – o “já” se torna efetivo (operante). João 3:36 é apropriado: “Por isso, quem crê no Filho tem a vida eterna; o que, todavia, se mantém rebelde contra o Filho (não crê no filho) não verá a vida.” A menos que João opere com algo como uma mentalidade “uma vez salvo, salvo para sempre”, cessar de crer significa cessar de ter a vida. Vemos que a vida *eterna* é dependente da crença *contínua*.

Quando João 5:24 usa o presente perfeito para descrever a transferência da morte para a vida, isso não significa que o texto esteja falando de uma transferência irrevogável que mesmo a descrença posterior não poderia alterar. O crente, como um resultado de transferência, está num *estado de vida* (esse é o significado dessa forma verbal em grego) somente enquanto ele continua a ouvir e a crer. O texto de fato fala sobre permanência, mas não de uma permanência separada da permanência na fé.

Da mesma maneira, o fato de que em João 10:28-29 as ovelhas de Cristo nunca perecerão e ninguém pode arrancá-las das mãos de Cristo ou do Pai é condicionado com ouvir a voz do pastor e segui-lo. Nada sugere que esse ouvir e seguir sejam realizados por necessidade (preparando o conceito da necessidade ou permanência automática da vida eterna) ao invés de por escolha.

Devemos habitar em Cristo

3. Outros textos em João suportam fortemente o fato de que crentes podem ser julgados adversamente. João 15 demonstra a urgência de habitar em Cristo e produzir frutos. O ramo que não produz fruto, o Pai arranca (verso 2) Ou numa forma mais dramática: “Se alguém não permanecer em mim, será lançado fora, à semelhança do ramo, e secará; e o apanham, lançam no fogo e o queimam.” (verso 6)

4. Em João nós encontramos vários testes para a permanência da vida (salvação)

a. Acreditar e confessar a Jesus (2:22; 4:2, 3, 15; 5:9-13).

b. Habitar em Cristo (2:24, 25, 28).

c. Guardar os mandamentos de Deus (2:3-5, 17; 3:21-24; 4:21; 5:2, 3).

d. Andar como Cristo andou (2:6).

e. Fazer o que é correto e evitar o pecado (2:29; 3:6, 7, 10).

f. Amarmos uns aos outros (2:7-11; 3:1 1-17; 4:7, 8, 11, 16, 17, 20, 21; 5:2, 3).

g. Não amar o mundo (2:15, 16).

Esses são os testes da vida por que, de acordo com João, por sua presença ou ausência se mostra se uma pessoa tem ou não tem a vida. Note, por exemplo, 1 Jo 3:14 (que deve ser comparado com Jo 5:24) “Nós sabemos que já passamos da morte para a vida, porque amamos os irmãos; *aquele que não ama permanece na morte.*” A implicação é óbvia: aquele que não habita em amor não pode ter confiança para o dia do juízo.

À luz de padrões mais amplos do pensamento joanino, assim como aos mais imediatos particulares exegéticos de João 5:24, não podemos concluir que para João não há relação entre o crente e o julgamento futuro. Essa conclusão é fortalecida quando alguém pensa em João 5:28-29, uma passagem intimamente relacionada com 5:24. São aqueles que fizeram o bem aqui, adiante ressuscitados para a vida, aqueles que simplesmente creram (fazendo o bem sendo *equivalente* ao fazendo bem de João 5:24)? Ou são esses que fizeram o bem *em consequência* de terem crido, e a inferência é que se a fé não se revelou em boas obras, só resta a ressurreição do juízo (condenação)? Certamente a segunda opção é a melhor. Mais do que provavelmente, a espécie de “bem” referido em João 5:29 se refere, pelo menos em parte ao “amar as pessoas” como em 1 Jo 3:14, um texto que, como Jo 5:24, fala de passar da morte para a vida.

Conclusão

As principais considerações desses artigos agora foram apresentadas. Nós precisamos ser claros: Justificação e certeza (segurança) da salvação não são conquistas das obras humanas ou da “fé mais as obras”. Justificação e certeza (segurança) vêm somente pela todo suficiente trabalho de Jesus Cristo como Salvador.

Mas Cristo nosso Salvador é também Senhor. Somente por contemplar a Ele e vendo a inseparável conexão de sua identidade de Salvador e de Senhor é que podemos corretamente explicar o relacionamento entre justificação e julgamento, fé e obras. Assim como Cristo não pode ser dividido, assim essas realidades que se associam a ele não podem ser separadas umas das outras. Através do poder do Espírito a fé sempre conduz aos frutos na vida dos justificados.

Em sua obra dupla como Senhor e Salvador, Cristo julgou (condenou) o pecado na cruz, e julga os justificados pela fé através de suas obras. A cruz é a maneira através da qual a justificação é feita efetiva. Fé é a maneira através da qual a justificação é aceita; e as boas obras são as realidades através das quais a justificação se manifesta. Obras de justiça testificam a realidade a vitalidade da justificação. A sua ausência indica um relacionamento rompido com Jesus.

Como Salvador Cristo obedeceu a Deus por nós; Como Senhor, Ele nos chama a obedecer a Deus por Ele. Como Salvador Cristo deu sua vida por nós, como Senhor ele pede que ofereçamos nossa vida a Ele.

Quanto mais profundamente alguém entender a riqueza da graça de Cristo, mais esse alguém ouvirá o chamado de Cristo para a obediência. O crente presta atenção ao chamado, contudo não como uma obrigação imposta do exterior, mas apreciando esse chamado de coração. No contexto do amor infinito de Cristo, a obrigação deixa de ser dura tarefa e se torna o leve jugo de Cristo. O apóstolo Paulo capturou o belo equilíbrio na salvação de Deus quando disse:

“Porque eu sou o menor dos apóstolos, que mesmo não sou digno de ser chamado apóstolo, pois persegui a igreja de Deus. Mas, pela graça de Deus, sou o que sou; e a sua graça, que me foi concedida, não se tornou vã; antes, trabalhei muito mais do que todos eles; todavia, não eu, mas a graça de Deus comigo.” (1 Cor 15:9-10)

Como resultado do recebimento da graça justificadora de Deus, as palavras de Paulo se aplicam a você: “E também faço esta oração: que o vosso amor aumente mais e mais em pleno conhecimento e toda a percepção, para aprovardes as coisas excelentes e serdes sinceros e inculpáveis para o Dia de Cristo, cheios do fruto de justiça, o qual é mediante Jesus Cristo, para a glória e louvor de Deus.” (Fil 1:9-11)